

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

ROCILDE RODRIGUES SOBREIRA

**A PRESERVAÇÃO DO CERRADO NO CONTEXTO DA
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES:
O CASO DO INSTITUTO DO TRÓPICO SUBÚMIDO
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Engenharia de Produção
da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientadora: Prof^a. Ana Maria Benciveni Franzoni, Dra.

Florianópolis
2002

Ficha Catalográfica

ROCILDE, Rocilde Rodrigues.

A preservação do Cerrado no contexto da responsabilidade social das organizações: o caso do Instituto do Trópico Subúmido da Universidade Católica de Goiás. Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002.

88f.

Dissertação: Mestrado em Engenharia de Produção (Gestão da Qualidade e Produtividade)

Orientadora: Prof^a. Ana Maria Benciveni Franzoni, Dra.

1. Responsabilidade social 2. Meio ambiente 3. Bioma Cerrado.

I. Universidade Federal de Santa Catarina

II. Título

Rocilde Rodrigues Sobreira

**A PRESERVAÇÃO DO CERRADO NO CONTEXTO DA RESPONSABILIDADE
SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES: O CASO DO INSTITUTO DO TRÓPICO
SUBÚMIDO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.**

Florianópolis, 30 de outubro de 2002.


Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.

Coordenador

Banca Examinadora:



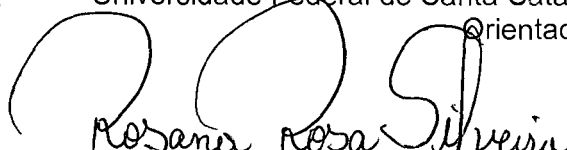
Profª. Edis Mafrá Lapolli, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Ana Maria Benciveni Franzoni, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora



Profª. Sônia Maria Pereira, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Rosana Rosa Silveira, M.Eng.
Universidade Federal de Santa Catarina

*Aos meus queridos filhos,
Carlos Eduardo e Jociane, pelo
carinho, paciência e apoio
constante.*

Agradecimentos

Ao Deus Supremo, por todas as proteções, orientações e a permissão de estar aqui neste espaço e neste tempo, vivendo, convivendo e aprendendo.

À professora Ana Maria Benciveni Franzoni, pela orientação, paciência e incentivo no desenvolvimento deste trabalho.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de realização deste mestrado.

À Sociedade Goiana de Cultura/Universidade Católica de Goiás, na pessoa do Pe. José Pereira de Maria, pela oportunidade de realização deste curso.

Ao Instituto do Trópico Subúmido, na pessoa do seu Diretor, Prof. Altair Sales Barbosa e toda a sua equipe que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos colegas de curso, pela oportunidade de convivência e aprendizado compartilhado.

Ao meu primo e amigo, João Sobreira de Macedo, sempre presente e me apoiando em todos os momentos.

Ao meu querido amigo João Ernandes de Souza pelo apoio incondicional.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

Segredos do Cerrado

*Eu nasci no Cerrado
No Cerrado me criei
Vendo planta, ouvindo bicho
Entendendo a sua lei
Amolando a minha enxada
Minha roça eu plantei*

*Pisei em cabeça de frade
Muito espinho eu entortei
Acordei um catingueiro
Na sombra do pequizeiro
Mas que ele eu assustei*

*Cerco o fogo com acero
Da mamona tiro azeite
Pr'a acender meu candieiro
Armadilha na florada
Marimbondo e abelha
Caindo na teia da aranha rajada*

*Se planto minha roça
Longe da palhoça
Gasto tempo à toa*

*Capivara gosta
De comer minha roça
Esconder na lagoa*

*Ararinha canta na serra
Faz seu ninho na barranca
Urutau canta medonho
Quem não conhece espanta*

*Buriti nasce na água
Na vereda solitário
Do seu fruto eu faço doce
E guardo na sua palha
Jataí é inofensivo
Mas seu mel é decisivo
Pr'a curar minha garganta*

*Meu carro de boi
Quando roda calado
Põe azeite no cocão
Quando roda pesado
Ele canta afinado
No tom desta canção*

Mestre Arnaldo, 2001

Sumário

Lista de figuras.....	p. 9
Lista de quadros	p.10
Lista de abreviaturas e siglas	p.11
Resumo	p.12
Abstract.....	p.13
1 INTRODUÇÃO.....	p.14
1.1 Origem do trabalho	p.14
1.2 Objetivos do trabalho	p.17
1.2.1 Objetivo geral	p.17
1.2.2 Objetivos específicos	p.17
1.3 Justificativa e importância do trabalho	p.18
1.4 Pressupostos de trabalho	p.20
1.5 Limitações da pesquisa	p.21
1.6 Estrutura do trabalho	p.21
2 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	p.22
2.1 Responsabilidade social das organizações	p.22
2.1.1 Dinâmica da responsabilidade social nas organizações: evolução e perspectivas:.....	p.27
2.1.2 Ética, valores e cultura na responsabilidade social das organizações.....	p.31
2.1.3 A prática da responsabilidade social nas organizações: os stakeholders.....	p.34
2.2 Responsabilidade social e natureza: desafios para uma sociedade sustentável.....	p.38
2.3 O papel das instituições universitárias brasileiras.....	p.43
3 O BIOMA CERRADO.....	p.47
3.1 Caracterização e descrição.....	p.47
3.1.1 Cerrado: algumas definições de termos.....	p.49
3.2 A biodiversidade do Cerrado: potencialidades e perspectivas.....	p.50
3.3 Cerrado: um problema social.....	p.52
4 O ESTUDO DE CASO: INSTITUTO DO TRÓPICO SUBÚMIDO	p.57
4.1 Caracterização do Instituto	p.57
4.2 Tipo de pesquisa.....	p.62
4.3 Coleta de dados.....	p.63

4.4 Apresentação e análise dos resultados	p.64
4.5 Considerações finais.....	p.76
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS ..	p.78
5.1 Conclusões	p.78
5.2 Recomendações para futuras pesquisas	p.80
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.82
APÊNDICE A	p.88

Lista de figuras

Figura 1: Tendências históricas de ética e responsabilidade social corporativa	p.26
Figura 2: Vetores da responsabilidade social	p.35
Figura 3: Distribuição geográfica dos principais biomas do Brasil, destacando a área ocupada pelo Cerrado.	p.48

..

Lista de quadros

Quadro 1: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial	p.37
Quadro 2: Gestão tradicional versus gestão ecocêntrica	p.42
Quadro 3: Estrutura de funcionamento da Estação Ciência São José	p.61
Quadro 4: Dimensões de análise da responsabilidade social	p.65

Lista de abreviaturas e siglas

ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
BSR	Business for Social Responsibility
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEMA	Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Meio Ambiente.
FIDES	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIMES	Fundação Integrada de Ensino Superior de Mineiros
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
ITS	Instituto do Trópico Subúmido
ONGs	Organizações não-governamentais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
RS	Responsabilidade Social
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
UCG	Universidade Católica de Goiás
UNB	Universidade de Brasília
UNCED	Conferência da Organizações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

Resumo

SOBREIRA, Rocilde Rodrigues. A preservação do Cerrado no contexto da responsabilidade social das organizações: o caso do Instituto do Trópico Subúmido da Universidade Católica de Goiás. 2002. 88f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

Esta pesquisa focalizou o engajamento de uma organização do setor de ensino superior aos indicadores da responsabilidade social. Analisou o modo como a Universidade Católica de Goiás - UCG está exercendo, através do Instituto do Trópico Subúmido - ITS, sua responsabilidade social na dimensão ambiental. Analisou empiricamente – à luz dos indicadores da responsabilidade social propostos pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2002) – o engajamento das ações ambientalistas do ITS para a preservação do Cerrado. A fim de proporcionar uma estrutura analítica que caracterizasse claramente a prática de responsabilidade social da organização estudada, selecionou os seguintes indicadores: responsabilidade social frente às gerações futuras; e gerenciamento do impacto ambiental. Seguindo o método do estudo de caso simples, numa abordagem qualitativa, investigou as principais ações ambientalistas do ITS por meio da coleta de dados, obtidos em jornais, revistas, catálogos, informativos, relatórios, bem como observação, dentre outros, verificados no período de 1992 a 2001. Foi concluído que as primeiras iniciativas da UCG de disseminação de práticas da responsabilidade social no aspecto ambiental, foram influenciadas pelo fenômeno da globalização, especialmente pela mobilização social para a realização da conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro de 1992. Esta pesquisa concluiu, portanto, que as ações ambientalistas desenvolvidas pelo ITS demonstram que a atuação social da UCG no que tange à preservação do bioma Cerrado, está caminhando para um posicionamento cada vez mais positivo no que concerne a sua responsabilidade social e que seus dirigentes estão sensibilizados para a necessidade de que a organização cumpra sua função social. O processo para a sua legitimação, contudo, não se esgota. Como agente de transformação social, a UCG tem um longo caminho a percorrer para a necessária consistência entre o discurso e a prática da responsabilidade social.

Palavras chave: responsabilidade social; meio ambiente; bioma cerrado

Abstract

Sobreira, Rocilde Rodrigues. **The scrubland preservation within the context of organizations' social responsibility: the case of the Sub Humid Tropic Institute of State of Goiás Catholic University.** 88f. Dissertation (Master's in Production Engineering) – Graduate Program in Production Engineering, UFSC, Florianopolis.

This research focused on the engagement between a higher education institution and social responsibility indicators. It was analyzed the way the State of Goiás Catholic University (UCG) is exercising, through the Sub Humid Tropic Institute (ITS), its social responsibility within the environmental context. It was also analyzed empirically, based on the social responsibility indicators proposed by the Ethos Institute of Enterprises and Social Responsibility (2000), the consequences of ITS's environmental actions in order to preserve the scrubland. To provide this project with an analytical structure which clearly characterized the social responsibility practice of the organization studied, the following indicators were selected: social responsibility towards future generations and the environmental impact management. Adopting a simple case study and a qualitative approach, the ITS's main environmental activities were investigated through data collected in newspapers, magazines, catalogues, bulletins, reports and also observation, among others, between 1992 and 2001. It was verified that dissemination of social responsibility practices within the environmental context were influenced by globalization phenomenon, specially by the social mobilization towards the UN Conference on Environment and Development (UNCED), happened in Rio de Janeiro in 1992. This research concluded, therefore, that ITS's environmental actions demonstrate that UCG's social performance to preserve the scrubland biome is assuming a more positive position concerning its social responsibility, and that its managers are becoming more sensitive to the needs of the organization's social function. However, the process to its legitimation does not reach an endpoint. As a social transformation agent, UCG has a long way to go in order to achieve a consistent and necessary balance between social responsibility theory and practice.

Key-words: social responsibility; enviroement; scrubland biome.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Origem do trabalho

À luz da literatura disponível, o debate sobre Responsabilidade Social Empresarial remonta aos primórdios das noções de empresa e negócios e tem assumido aspectos diferenciados de acordo com o papel e a influência das empresas na sociedade ao longo do processo de transformação por que passa a população mundial. A simples instalação de uma grande empresa numa determinada localidade, por si só, já era considerada uma ação que carregava em seu bojo o cumprimento de uma responsabilidade social. Afinal de contas, geravam-se empregos, a moeda circulava, a economia local era incentivada através de outros negócios paralelos resultantes das necessidades de implementação da empresa e asseguravam-se condições mínimas de sobrevivência a uma parte significativa da população (BORGER, 2001)

Assim, a visão - predominante até os anos 60 - de que as organizações empresariais precisavam preocupar-se somente com a eficiência dos sistemas produtivos refletia a noção de mercados e recursos ilimitados (DONAIRE, 1995).

Nos tempos atuais, porém, essa noção revelou-se equivocada, uma vez que o contexto de atuação das empresas torna-se a cada dia mais complexo e o processo decisório sofre restrições cada vez mais severas, em consequência do processo de globalização da economia e da rapidez das inovações tecnológicas e da informação. Somem-se a isso, as evidentes disparidades e desigualdades de nossa sociedade, que vêm exigindo uma nova maneira de atuação por parte dos diversos agentes sociais (governos, empresas, instituições universitárias, organizações governamentais e não-governamentais, etc.) voltada para o desenvolvimento econômico, social e ambiental (ASHLEY, 2002).

Este cenário sinaliza que está em curso uma nova mentalidade cujos critérios de avaliação do sucesso empresarial começam a incorporar dimensões que vão além dos objetivos econômico-financeiros e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental. Desta forma, a Responsabilidade Social é vista como uma variável importante na estratégia competitiva empresarial e na avaliação do seu desempenho. Um dos elementos constitutivos dessa nova realidade provém das

pressões dos diversos setores da sociedade organizada que valorizam aspectos éticos ligados à cidadania (ASHLEY, 2002). As associações de consumidores e dos usuários de serviços, os movimentos ecológicos e as demandas dos movimentos sindicais são exemplos de como os diversos segmentos da sociedade estão se mobilizando para exigir novos critérios de convivência, que, muitas vezes, afetam diretamente os mecanismos de rentabilidade econômica.

De modo geral, o conceito de Responsabilidade Social Empresarial é amplo, complexo e dinâmico, comportando uma série de interpretações que exigem reflexões sobre o tema.

A questão é saber: que compromisso uma organização empresarial deve ter para com a sociedade? Até que ponto a responsabilidade dos negócios deve contemplar os problemas sociais e ambientais que a sociedade enfrenta?

As respostas a esses questionamentos passaram a fazer parte dos desafios a serem enfrentados pelas organizações contemporâneas. Tais discussões passam a girar em torno da necessidade e/ou conveniência das ações que implicam responsabilidade social (BORGER, 2001).

Pelo que se percebe, o ideal do desenvolvimento sustentável, que engloba tanto os aspectos econômicos como os sociais e ambientais, passa a estabelecer regras, ou parâmetros mínimos, para que uma empresa possa atuar em uma determinada região, sinalizando que, já não encontra sustentação a tese de que os danos causados ao meio ambiente são o preço inevitável a pagar pelo desenvolvimento econômico.

Em suma, a necessidade de se levar em conta os fatores sociais e ambientais é fato consumado (BORGER, 2001), já que um dos maiores desafios de nossa época é salvar o planeta da destruição. Isso tem exigido uma mudança nos próprios fundamentos da civilização moderna, como, por exemplo, no relacionamento dos seres humanos com a natureza.

Esse quadro de referência remete ao entendimento preliminar de que as organizações são responsáveis pelos efeitos de sua atuação no ambiente em que se inserem. No caso das Universidades, desde as modernas sociedades industriais, elas passaram a ocupar lugar de particular importância no sistema social, estabelecendo, além do vínculo básico, também uma relação com os diversos segmentos externos em que atuam ou funcionam (KATZ e KAHN, 1973). Tais considerações permitem caracterizar essas organizações, segundo esses autores,

como sistemas abertos, cujas atividades padronizadas são complementares ou interdependentes em relação a algum produto ou resultado comum.

Nesse sentido, percebe-se que as condições impostas por aspectos intrínsecos, sem dúvida, agregam dificuldades para a consecução das metas das Instituições Universitárias. Caracterizadas como organizações complexas, a sua administração terá de ser analisada como um tipo especial de sistema social, cuja atuação exige uma adaptação cuidadosa das técnicas e metodologias praticadas nas empresas, de forma a torná-la útil e a corresponder aos anseios da sociedade em geral (MEYER JÚNIOR, 1997).

Face a esse contexto, colocam-se novas questões de ordem prática: qual é o papel das Instituições Universitárias no processo de mudanças sociais? Qual o seu campo de atuação, considerados os vários aspectos da responsabilidade social?

A discussão prática tende a concentrar-se numa visão das redes de relacionamentos entre *stakeholders*: a noção de complementaridade reforça as relações de troca alicerçadas, não somente nos aspectos econômicos, mas incluem também relações de confiança e valores culturais e éticos.

Nessa concepção, pressupõe-se, pois, que a atuação das instituições universitárias deve, também, ser dirigida para o suprimento de alguns anseios coletivos, como forma de cumprir sua função social, não somente do interesse público estatal, mas dos interesses da sociedade em geral. Não se trata do conceito de responsabilidade social, medido apenas dentro da especificação legal, mas na real capacidade de uma universidade para responder às expectativas e pressões da sociedade.

A Universidade Católica de Goiás – UCG - se insere neste contexto. Pioneira no Centro-Oeste, região coberta pelo bioma Cerrado, a UCG vem procurando através do ensino, pesquisa e extensão, comprometer-se cada vez mais com a defesa do bem-estar social e do meio ambiente regional estabelecendo práticas que visem a formação de mentalidades globais, com a prevalência de uma cultura que destaque um novo pacto na relação homem/natureza. Ao longo de sua história, a UCG vem contribuindo para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, no entanto, ainda são poucos os estudos sobre a sua atuação social, principalmente com o enfoque da responsabilidade social das organizações, fenômeno que apresenta algumas questões que podem ser exploradas e aprofundadas.

Não obstante, a preservação do bioma Cerrado tem merecido atenção especial. Prova disso foi a criação do Instituto do Trópico Subúmido (ITS), instituído como um órgão de natureza científica, pedagógica e de extensão voltado exclusivamente para o sistema biogeográfico do Cerrado.

A questão problema que se coloca é:

As ações ambientalistas desenvolvidas pelo Instituto do Trópico Subúmido legitimam a atuação social da Universidade Católica de Goiás no que concerne à preservação do Cerrado?

A atuação social da UCG é entendida, nesta pesquisa, como o conjunto de iniciativas e ações ambientalistas do ITS voltadas para o estudo e a preservação do Cerrado.

1.2 Objetivos do trabalho

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o engajamento das ações ambientalistas desenvolvidas pelo ITS aos indicadores da responsabilidade social empresarial propostos pelo Instituto Ethos na dimensão ambiental.

Cumprе salientar que, ao longo deste trabalho o termo engajamento será entendido como o ato de se filiar aos preceitos dos referidos indicadores da responsabilidade social.

1.2.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos têm-se:

- Identificar quais são os princípios ambientalistas que regem a atuação social da UCG através de documentação disponível;
- Descrever as ações ambientalistas desenvolvidas pelo ITS para a preservação do bioma Cerrado no período de 1992 a 2001;
- Correlacionar as ações ambientalistas desenvolvidas pelo ITS em conformidade com o compromisso social da UCG com os indicadores da responsabilidade social empresarial.

- Contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e privadas para a implementação de programas governamentais e ações educativas em defesa do Cerrado;
- Incentivar a comunidade acadêmica e os futuros profissionais a participarem ativamente da construção da responsabilidade social empresarial no Brasil.

1.3 Justificativa e Importância do Trabalho

Percebe-se que, isolada em si mesma, a questão ambiental não é problema, não é solução, não é nada. Isso nos leva a perceber que ela só tem sentido quando inserida em um contexto sócio-político-econômico, cujos efeitos passam a não ser mais localizados, mas se tornam problemas da quadra, do bairro, da cidade, do estado, do país, do continente - do planeta, como um todo. Assim, evidencia-se a necessidade imperiosa da participação de todos os níveis interessados no processo de ajudar os indivíduos e grupos sociais a sensibilizarem-se e a adquirirem consciência do meio ambiente global e suas questões.

Inseridas neste contexto, as instituições universitárias são reconhecidas como produtoras e guardiãs do conhecimento e, como tal, têm o poder de contribuir para a formação de novas mentalidades e de ser pólos de desenvolvimento de novas metodologias e instrumentos que irão subsidiar tecnicamente as empresas para os avanços qualitativos da sociedade atual.

Funda-se aí a emergência da responsabilidade social das Universidades, que se consubstancia na sua relação com o seu ambiente de atuação e assume diversas formas entre as quais se inclui o desenvolvimento de atividades de pesquisa e ação educativa que promovam uma relação harmônica homem/natureza e se consolida na difusão global de conhecimento relevante para a solução de problemas sociais e ambientais.

Extraem-se, da literatura disponível, que o Brasil possui seis grandes biomas: o Cerrado, os Campos e Florestas Meridionais, a Floresta Atlântica, a Caatinga, a Floresta Amazônica e o Pantanal (RIBEIRO e WALTER, 1998).

O Cerrado é considerado o segundo maior bioma brasileiro, superado apenas pela Floresta Amazônica; está localizado basicamente no Planalto Central do Brasil; contém a grande parcela da biodiversidade nacional e se apresenta como uma imensa ilha territorial e ecossistêmica circundada pelos principais biomas brasileiros.

Um argumento favorável às iniciativas em relação à preservação do Cerrado é que os Chapadões Centrais do Brasil, cobertos pelo Domínio Morfoclimático e Fitogeográfico dos Cerrados, constituem a cumeeira do Brasil e, também, da América do Sul, pois distribuem significativa quantidade de água que alimenta as principais bacias hidrográficas do continente (BARBOSA, 1996).

Em termos de recursos naturais, o sistema Biogeográfico dos Cerrados ostenta uma fauna variada, monumentos geomorfológicos e uma grande quantidade de recursos vegetais, representados por frutos comestíveis, fibras, espécies “medicinais”, madeiras, lenhas, etc. A ocupação das áreas do Cerrado realizou-se sem o conhecimento adequado das diversidade e especificidades ecológicas, ignorando as limitações inerentes ao Centro Oeste, Nordeste e as demais regiões onde ocorrem. Estudos realizados pelo Projeto Biogeografia do Bioma Cerrado (Cadernos de Geociências – IBGE – Rio de Janeiro, 1994) estimam que existem 20.000 espécies conhecidas, o que consideram um grande patrimônio genético de valor biotecnológico. Porém, reconhecem que já devem ter sido destruídos cerca de 20 a 50 bilhões de gens em consequência da exploração predatória.

Diante deste cenário, pode-se observar que este espaço geográfico enfrenta sérios problemas de desorganização, como consequência do modelo ocupacional que se implantou, a partir, principalmente, da expansão da pecuária, da agricultura e dos desdobramentos urbanos, principalmente em Goiânia e em Brasília.

A escolha pela relação dessas instituições com o tema da responsabilidade social justifica-se pela importância que essas organizações têm no desenvolvimento do país, enfatizando-se o seu espaço privilegiado que possibilita interagir e influenciar positivamente a percepção dos gestores sobre o tema. Entende-se que a falta de discussão e definição do que é a responsabilidade social das instituições universitárias pode ser um fator desestimulante das ações nesse âmbito. Nesse sentido, levantar a questão e começar a desenhar os contornos da responsabilidade social de tais organizações por si só justifica o interesse pelo tema.

Assim, espera-se que os resultados deste trabalho contribuam para ampliar as discussões sobre a Responsabilidade Social das IES; para o aprimoramento de políticas e ações em defesa do Cerrado; sejam úteis para incentivar a comunidade acadêmica e os futuros profissionais a se engajarem na construção da RSE; e auxiliar os dirigentes da UCG no trato com as questões sociais e ambientais que impliquem na preservação do Cerrado.

Por conseguinte, cumpre salientar que, devido à escassez de evidências empíricas, o presente estudo não tem a pretensão de esgotar o tema.

1.4 Pressupostos de trabalho

A Responsabilidade Social das Instituições Universitárias, por suas peculiaridades, não pode se limitar às normas da lógica econômico-financeira baseada no foco da necessidade de realizar lucros imediatos para sobreviver, ou do tipo pós-lucro. É, talvez, na tentativa de transposição dessa discussão da responsabilidade social no campo da reflexão sobre as conquistas do conhecimento e da experiência científica e cultural do homem para a sociedade contemporânea, que as instituições universitárias categorizam a responsabilidade social também como um meio eficiente e efetivo de transformação social e uma base para a confiança nas relações humanas e organizacionais. Isto, de certa forma, explica as múltiplas facetas para a difusão da responsabilidade social, como se demonstra no Capítulo 2. Afinal, segundo Ashley (2002, p.24) “o universo não gira em torno da empresa privada, nem ela merece o *status* central ou especial”.

Desse modo, para o desenvolvimento desta pesquisa, foram assumidos os seguintes pressupostos:

- a responsabilidade social das instituições universitárias não se apoia na mesma lógica das empresas privadas;
- o compromisso de ser socialmente responsável encontra-se explicitado nos documentos formais e na missão da organização para posterior aplicação prática;
- o engajamento na responsabilidade social se dá pela adoção dos indicadores que integram as iniciativas e práticas cotidianas do ITS;
- as ações do ITS são capazes de legitimar a atuação social da UCG no que concerne a preservação do Cerrado.

1.5 Limitações da pesquisa

Em função da metodologia adotada e das condições de realização desta pesquisa, devem ser registras diversas limitações para o entendimento de seus resultados:

- fato de não haver ainda linhas teóricas claramente definidas que possam subsidiar a reflexão necessária ao tratamento das questões ambientais no contexto da responsabilidade social das instituições universitárias constitui um dos fatores limitantes desta pesquisa;
- a delimitação da investigação em um único caso não possibilitam deduções para servir como base para generalizações;
- a subjetividade presente nas definições da responsabilidade social acarreta ambigüidade no entendimento do conceito por parte das organizações, o que dificulta a sua operacionalização e a sua aproximação ao fenômeno estudado;
- existe a presença de um viés pessoal de análise da pesquisadora (funcionária da instituição pesquisada), virtualmente presente na condução do processamento dos dados e nos resultados do estudo, que merece ser considerado para efeito de aceitação e discussão das conclusões;
- a abrangência e o nível de complexidade do problema estudado conferem uma profundidade e uma amplitude indiscutivelmente não capturada ou compreendida integralmente neste trabalho e, deste modo, escapam desta abordagem diversos e relevantes elementos, que potencialmente completaria, corroborariam ou mesmo contrastaria com as conclusões alcançadas.

1.6 Estrutura do trabalho

Este estudo está estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo trata da introdução em que se apresenta a origem do trabalho, especifica-se o problema, identificam-se os objetivos, a justificativa e a importância do trabalho, bem como os seus pressupostos e limitações.

A fundamentação teórica encontra-se apresentada no segundo e terceiro capítulos. O quarto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, o estudo de caso, bem como a apresentação, análise dos resultados e considerações finais. No quinto capítulo são apresentadas as conclusões e recomendações para trabalhos futuros.

Por fim, no sexto capítulo, colocam-se as Referências Bibliográficas e Apêndice.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Este capítulo é fruto da pesquisa bibliográfica de alguns autores interessados nos matizes da Responsabilidade Social, sendo fortemente influenciado pela obra coletiva de Ashley (2002), visto que se privilegiou uma fundamentação teórica contemporânea mais próxima da realidade nacional.

Está estruturado em uma seqüência que parte do conceito, bem como da evolução e dinâmica da Responsabilidade Social no âmbito dos negócios, desde a sua forma genérica para as especificidades do contexto deste trabalho, proporcionando uma base conceitual e metodológica para a sua aplicação e discussão.

Salienta-se que, ao longo deste trabalho, o termo Responsabilidade Social nas organizações incluirá as suas várias denominações: responsabilidade social nos negócios, responsabilidade social corporativa, responsabilidade social empresarial, responsabilidade social das empresas, ou reduzidamente, Responsabilidade Social.

2.1 Responsabilidade Social das Organizações

Nos primórdios da literatura sobre Responsabilidade Social dos executivos, em 1953, Boewn (*apud* ASHLEY, 2002. p. 6), sugere a Responsabilidade Social como “a obrigação do homem de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores da sociedade”. Essa linha de pensamento centra-se na idéia básica de que os negócios são centros vitais de poder e decisão e que as ações das empresas atingem a vida dos cidadãos em muitos aspectos. A propósito, o autor formula a seguinte pergunta: “Quais são as responsabilidades com a sociedade que se espera que os ‘homens de negócios’ assumam?”.

Observa-se, no entanto, que a construção do conceito de Responsabilidade Social traduz um debate entre várias visões divergentes. Segundo Ashley (2002), Responsabilidade Social sugere uma série de interpretações, sendo que, para alguns, representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, é dever fiduciário, obrigando as empresas a padrões mais altos de comportamento.

Há um outro modo de interpretá-la, de acordo com o avanço das discussões, como prática social, papel social e função social. Outros vêem a Responsabilidade Social associada ao comportamento eticamente responsável ou a uma contribuição caridosa. Ou ainda como “responsabilidade daquele que é chamado a responder pelos seus atos face à sociedade ou à opinião pública... na medida em que tais atos assumam dimensões ou conseqüências sociais” (ASHLEY, 2002. p.6).

Segundo Borger (2001), a visão de que os negócios devem limitar a sua Responsabilidade Social à maximização dos lucros e obedecer às leis, enfatizada por Friedman (2000), num artigo na *New York Times Magazine* confere a ele o *status* de um dos maiores críticos das ações tomadas pelos administradores que valorizam a Responsabilidade Social em detrimento dos interesses da corporação.

Em contrapartida, Drucker (*apud* BORGER, 2001. p.21), questiona a argumentação de Friedman (1985), em que afirma:

Que é socialmente irresponsável e economicamente prejudicial que a empresa se preocupe com qualquer coisa que não sejam os resultados dos negócios - isto é, com a maximização dos lucros e, por meio desta, há elevação dos padrões de vida, a criação de capital e a geração de mais e melhores empregos amanhã.

Para o autor, essa linha de argumentação reflete uma visão de curto prazo dos investidores, que compromete os resultados das empresas em longo prazo e a própria sobrevivência da organização, e não uma visão empresarial dos acionistas-proprietários-empREENDEDORES.

Já para Carrol (*apud* BORGER, 2001), em resposta a Friedman, corrobora com a visão de que é obrigação das empresas avaliar os efeitos do seu processo de decisão no sistema social externo de maneira a agregar benefícios sociais além dos ganhos econômicos que a empresa procura, dando conta de que a Responsabilidade Social começa onde a lei termina. Assim, para o autor, “a Responsabilidade Social dos negócios engloba as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem da organização num dado ponto de tempo” (CARROL, *apud* BORGER, 2001. P. 21).

Na visão de Votaw (*apud* ASHLEY, 2002. p.7),

Responsabilidade Social significa algo, mas nem sempre a mesma coisa, para todos. Para alguns, ela representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comportamento responsável no

sentido ético; para outros, ainda, o significado transmitido é o de responsável por, num modo causal. Muitos, simplesmente, equiparam-na a uma contribuição caridosa; outros tomam-na pelo sentido de socialmente consciente.

Responsabilidade Social, segundo (ASHLEY, 2002. p. 6) é:

o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetam positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

Ainda segundo Ashley (2002), na opinião de Debra Dunn Debra L. Dunn que é presidente do *Business for Social Responsibility* (BSR) - organização norte-americana sem fins lucrativos dedicada à divulgação da Responsabilidade Social nos negócios - ser socialmente responsável é um dos pilares de sustentação dos negócios, tão importante quanto a qualidade, a tecnologia e a capacidade de inovação. Para ele, a empresa, quando é socialmente responsável, atrai os consumidores e aumenta o potencial de vendas, gerando maiores lucros para os acionistas.

O Instituto Ethos – Empresas e Responsabilidade Social - uma associação brasileira, sem fins lucrativos, que visa mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, traz Responsabilidade Social como:

uma forma de conduzir os negócios das empresas de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (ETHOS, 2002).

O mencionado autor, chama atenção para a diferença entre responsabilidade social e filantropia:

a filantropia trata basicamente de ação social externa da empresa, tendo como beneficiário principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não governamentais, associações comunitárias etc.) e organização. A Responsabilidade Social foca a cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com o público maior

(acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cujas demandas e necessidade a empresa deve buscar entender e incorporar em seus negócios. Assim, a Responsabilidade Social trata diretamente dos negócios da empresa e como ela os conduz (ETHOS, 2002).

Nessa perspectiva, Grajew (2000), entende que o conceito de Responsabilidade Social das empresas, enquanto relacionamento das organizações com a comunidade e com a sociedade é muito mais amplo. No conceito de Responsabilidade Social está implícito o cumprimento da legislação - ela começa a partir daí; confundir Responsabilidade Social com filantropia é isentar a empresa de coerência. A cultura da Responsabilidade Social da empresa trata da relação ética, da relação socialmente responsável da empresa em todas as suas ações, em todas as suas políticas, em todas as suas práticas, em todas as suas relações. Argumenta que é necessário ter preceitos éticos, isto é, ter princípios e valores presentes nas múltiplas relações empresariais. A simples ação de uma empresa destinar uma verba para o hospital da comunidade não é suficiente para que seja socialmente responsável. Um equívoco seria pensar que ela estaria livre para se envolver em corrupção, qualquer que fosse o grau.

Afirma, ainda, que ao se falar em responsabilidade social, fala-se também da responsabilidade na tomada de decisão – “a tomada de decisão afeta a vida de outras pessoas e sempre há escolhas a serem feitas” Grajew (2000. p.36). Ele ressalta a importância de se refletir sobre como tomar uma decisão e a serviço de que está sendo colocado o seu trabalho. Cada um tem um poder, tem recursos. O mapeamento dessas forças não consiste apenas em recursos como dinheiro, mas tempo, conhecimento, talento.

Em suma, Grajew, (*apud* MELO NETO e FROES, 2001. p.79) afirma que:

O conceito de Responsabilidade Social está se ampliando, passando da filantropia, que é a relação socialmente compromissada da empresa com a comunidade, para abranger todas as relações da empresa: com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, concorrentes, meio ambiente e organizações públicas e estatais.

Cabe registrar que um recorte dominante para as perspectivas futuras do conceito de Responsabilidade Social, numa ampla abordagem normativa e sistêmica, apresentada por Ashley (2002. p.20), recupera as últimas décadas de estudos sobre ética e Responsabilidade Social corporativa. Observa a autora, que a

ordem de mudança organizacional se apresenta em um contínuo que se inicia com mudanças conservadoras (visão econômica clássica) e finaliza com mudanças radicais (visão contemporânea) diretamente relacionadas ao grau de amplitude de inclusão e de consideração pela empresa quanto a suas relações com seus públicos. Assim, conclui que “a empresa socialmente responsável é aquela que está atenta para lidar com as expectativas de seus *stakeholders* atuais e futuros, na visão de sociedade sustentável”. Tal tendência histórica é resumida na Figura 1.

Confirmando as controvérsias conceituais, observa Ashley (2002), de modo geral, que o tema da Responsabilidade Social das organizações tem adeptos e adversários. Os adversários se baseiam nos conceitos de direito de propriedade (de Friedman) e na função institucional (de Leavitt).

Os argumentos de Friedman, como citados anteriormente, afirmam que a direção corporativa, como agente dos acionistas, não tem o direito de fazer nada que não atenda ao objetivo de maximização dos lucros, mantidos os limites da lei. Ao contrário, seria a violação das obrigações morais, legais e institucionais da direção da corporação.

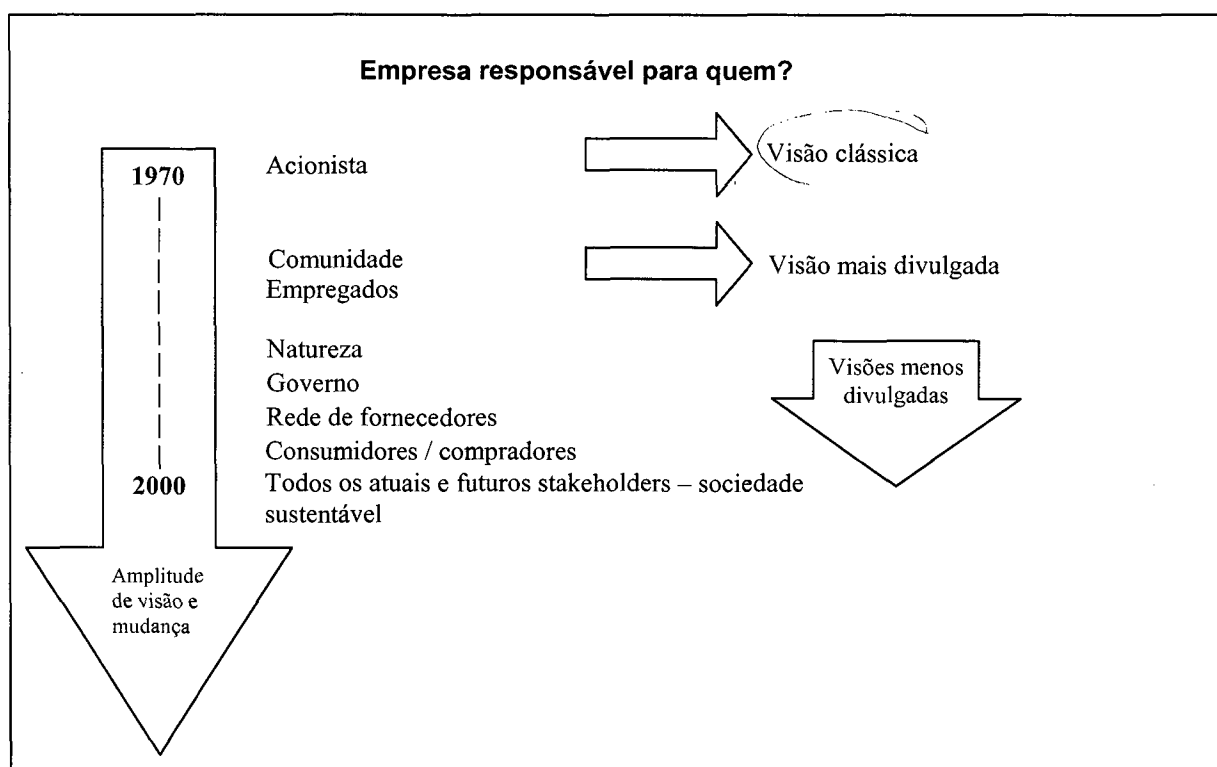


Figura 1: Tendências históricas de ética e Responsabilidade Social corporativa

Fonte: Ashley, 2002 p.20

O eixo central do argumento da função institucional, de Leavitt, está em que outras instituições, como governo, igrejas, sindicatos e organizações sem fins lucrativos, existem para atuar em funções necessárias ao cumprimento da responsabilidade social. Essa corrente entende que os gerentes de grandes corporações não têm competência técnica, tempo ou mandato para tais atividades, que acabam constituindo uma tarifa sobre o lucro dos acionistas.

Com relação aos adeptos, a autora afirma que tais argumentos partem, principalmente, da área acadêmica entendida como “negócios e sociedade” (refere-se à literatura classificada como pertencente aos conhecimentos de *Business and Society*), ressaltando-se, mais recentemente, os trabalhos de Carrol, Donaldson e Dunfee, Frederick e Wood citados pelo mesmo.

No que tange a abordagem crítica, o conceito e o discurso de ética e Responsabilidade Social das organizações carecem de coerência teórica, validade empírica e viabilidade normativa, todavia oferecem implicações para o poder e o conhecimento dos agentes sociais.

Esse cenário permite o entendimento de que o conceito de Responsabilidade Social ainda não está suficientemente consolidado e que, portanto, pode ser considerado como um conceito em construção.

2.1.1 Dinâmica da Responsabilidade Social nas Organizações: evolução e perspectivas

Reconstruindo historicamente a dinâmica da responsabilidade social, Ashley (2002) salienta que nos Estados Unidos e na Europa, a ética e Responsabilidade Social eram admitidas como doutrina até o século XIX, quando o direito de conduzir negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado ou Monarquia e não um interesse econômico privado. Assim, os monarcas expediam alvarás para as corporações de capital aberto que prometessem benefícios públicos, como exploração e a colonização do Novo Mundo. Consta que as primeiras corporações nas colônias americanas foram fundadas para prestar serviços de construção, transporte e infra-estrutura, sendo reguladas quanto ao tamanho, tipo de negócios e estrutura de capital.

A independência dos Estados Unidos influenciou na aprovação de legislação que permitiu uma abertura para a condução de negócios privados e, até o início do século XX, a premissa fundamental da legislação sobre corporações era a de que tinha, como meta, a realização de lucros para seus acionistas.

Nesse contexto, em 1919, a questão da responsabilidade dos dirigentes de empresas tornou-se pública através do julgamento do episódio Dodge *versus* Ford, nos EUA, que examinou a competência de Henry Ford, então presidente e acionista majoritário da empresa, para tomar decisões contrárias aos interesses dos acionistas John e Horace Dodge. Tudo isso porque, em 1916, Ford decidiu não distribuir parte dos dividendos esperados aos acionistas, alegando a realização de objetivos sociais que consistiram em investimento na capacidade de produção, aumento de salários e como fundo de reserva para a redução esperada de receita devido à redução nos preços dos carros (ASHLEY, 2002).

Com os efeitos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, segundo o mesmo autor, a idéia de que a corporação deve responder apenas a seus acionistas provocou muitos ataques e ocasionou várias decisões favoráveis às ações filantrópicas das corporações nas Cortes Americanas. A Justiça incorporou a idéia de que uma corporação pode buscar o desenvolvimento social e estabeleceu em lei a filantropia corporativa.

Recuperando as últimas décadas, na concepção de Drucker (1984), não somente as empresas, mas também as universidades e outras entidades não governamentais devem ser as guardiãs da consciência social e as solucionadoras dos problemas sociais.

No contexto brasileiro, segundo a literatura pesquisada, a discussão sobre o tema da Responsabilidade Social dentro de uma nova forma de pensar as estratégias, os processos, as políticas de gestão das organizações vem se intensificando a partir dos anos noventa em decorrência do processo de globalização.

Os dados da pesquisa "Estratégias de Empresas no Brasil: Atuação Social e Voluntariado" (Mercado Global, 2000. p. 34) revelam que as empresas decidem participar de algum tipo de ação de Responsabilidade Social junto à comunidade porque melhora a imagem institucional da empresa, amplia as suas relações com a comunidade, melhora a lucratividade e melhora a motivação interna, o que provoca o aumento da produtividade.

Entretanto, a nova realidade exige por parte das organizações, inclusive das universitárias, uma maior valorização de outros atributos hoje essenciais, além do bom desempenho de sua missão.

Para Drucker (1984. p.343), “o bom desempenho da própria função constitui a principal Responsabilidade Social da entidade. A universidade que falhar no preparo dos líderes e profissionais do futuro não estará demonstrado responsabilidade social, independentemente de quantas atividades úteis venha a exercer”.

Dessa forma, atributos como confiabilidade, relacionamento ético da organização com seus clientes, preservação do meio ambiente, dentre outros, apresentam importância crescente no âmbito da Responsabilidade Social das organizações (ASHLEY, 2002).

Opondo-se a essa visão pró-ativa, alguns críticos da Responsabilidade Social das empresas entendem que essa perspectiva excede os limites do que é apropriado e benéfico para a organização e para a sociedade. Assim, para Friedman (*apud* RIMOLLI, 1998), “a Responsabilidade Social dos negócios é gerar lucros”.

Nessa linha de pensamento, os seus seguidores acreditam que, numa sociedade capitalista, o desempenho econômico é a responsabilidade primordial e, desta forma, resistem ativamente às interferências legislativas em sua liberdade de operações. Para eles, o fato de as organizações seguirem seus interesses próprios irá resultar no bem social (RIMOLLI, 1998).

Entretanto, para Franzoni e Suffi (2002), o modelo adotado pela moderna sociedade, baseado no modo capitalista de produção, foi responsável por uma desigualdade que marginalizou bilhões de pessoas no planeta, além de provocar uma degradação ambiental que põs em risco a existência do próprio homem.

Continuando, os mesmos autores afirmam, que a tecnologia, por servir aos interesses capitalistas, teve papel fundamental nesse contexto, ao permitir no progresso econômico, uma dinâmica que culminou em uma relevância do aspecto econômico (quantitativo) sobre o aspecto social (qualitativo). Além disso, a própria variável tecnológica passou de um meio de se alcançar o progresso social para um fim em si mesma, provocando um movimento mundial em torno da necessidade da capacitação tecnológica em nome do desenvolvimento. Diante dessa constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável, buscando conciliar o

desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e bem estar da sociedade.

Assim, governos, empresas, instituições universitárias, entidades não-governamentais e sociedade organizam-se no sentido de alcançar o desenvolvimento sustentável por meio de soluções socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.

Conforme Grajew (2000), mais que um discurso politicamente correto, ser responsável socialmente vai além da coerência entre discurso e ação numa empresa: é fator de competitividade. Ele acredita que há uma forte tendência, num futuro muito próximo, de as pessoas estarem buscando saber se a empresa é responsável socialmente, antes de trabalhar numa organização ou comprar seu produto.

Como exemplo claro de discurso empresarial relacionado com a responsabilidade social, Ashely (2002), cita a iniciativa da Johnson & Johnson em elaborar o seu "Credo":

- cremos que nossa primeira responsabilidade é para com os médicos, enfermeiras e pacientes, para com as mães e pais e com todos os que utilizam nossos produtos e serviços. Para atender a suas necessidades, tudo o que fazemos deve ser da mais alta qualidade.
- Devemos lutar constantemente para reduzir nossos custos a fim de manter preços razoáveis. Os pedidos dos clientes devem ser atendidos prontamente e com precisão. Nossos fornecedores e distribuidores devem ter a oportunidade de obter um lucro justo.
- Somos responsáveis pelos nossos empregados, homens e mulheres que trabalham conosco em todo o mundo. Cada um deve ser visto como um indivíduo. Devemos respeitar sua dignidade e respeitar seus méritos. Eles devem sentir-se seguros em seus empregos. O salário deve ser justo e adequado e as condições de trabalho devem ser limpas, organizadas e seguras. Devemos preocupar-nos com formas de ajudar nossos empregados a cumprir suas responsabilidades para com suas famílias.
- Os empregados devem sentir-se livres para dar sugestões e fazer reclamações. Deve haver igualdade de oportunidades para o emprego, desenvolvimento e promoção dos qualificados. Devemos oferecer uma administração competente e suas ações devem ser justas e éticas.
- Somos responsáveis pelas comunidades nas quais vivemos e trabalhamos e pela comunidade mundial também. Devemos ser bons cidadãos, dar apoio aos bons trabalhos e obras assistenciais e pagar nossa cota justa de impostos. Devemos encorajar o aperfeiçoamento cívico e uma saúde e educação melhores. Devemos manter em boa ordem a propriedade que temos o privilégio de usar, protegendo o meio ambiente e os recursos naturais.

- Nossa responsabilidade final é para com os nossos acionistas. Os negócios devem ter um lucro sólido. Devemos tentar novas idéias. A pesquisa deve ser contínua. Programas inovadores devem ser desenvolvidos e os erros devem ser assumidos. Equipamentos novos devem ser comprados, novas instalações devem ser oferecidas e novos produtos devem ser lançados. Devem ser criadas reservas para épocas adversas. Ao operarmos segundo esses princípios, os acionistas devem ter um retorno justo.

No entendimento da autora, o “Credo” sintetiza perfeitamente a ampla retórica da responsabilidade social, pois ele contempla desde os clientes, fornecedores e distribuidores até acionistas, os empregados e suas famílias, comunidade local e mundial e meio ambiente. Ainda, o seu conteúdo incorpora claramente a ética dos negócios. Se analisado atentamente, é fácil perceber a presença da Johnson & Johnson na realidade econômica, humana e social.

Nesse contexto, observa-se, na realidade brasileira atual, um movimento ascendente no sentido da valorização do tema. O surgimento de entidades representativas como o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, o Instituto de Cidadania Empresarial, o Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), além da ADCE-Brasil e da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), mostra esse aspecto evolutivo.

Segundo Borger (2001), firma-se como principal pressuposto da Responsabilidade Social o caráter dinâmico da relação existente entre a empresa e os seus *stakeholders* diretamente proporcional à dinâmica do ambiente social, político, econômico e legal. Disso resulta que novos fatos surgem e as responsabilidades mudam com o tempo. Implica dizer que a Responsabilidade Social é um processo em constante adaptação e monitoramento do ambiente e das relações com os *stakeholders* e não emerge de uma missão estática.

2.1.2 Ética, Valores e Cultura na Responsabilidade Social das Organizações

Para Galleazzo (2002), Responsabilidade Social pode ser definida como “a postura ética da empresa em suas diversas operações e relações, através do estabelecimento de valores claros e ações empreendedoras de qualidade de vida”.

É a partir do estabelecimento destes valores que qualquer empresa, seja ela grande ou micro, pode colaborar para construir um mundo melhor.

Nos tempos atuais, é cada vez maior a importância dos aspectos da ética, valores e cultura no processo de incorporação da Responsabilidade Social das organizações. Um dos sinais mais visíveis desse cenário são os códigos de ética assumidos pelas mesmas. Tais códigos, em sua maioria, expressam a missão e valores da organização e definem condutas dos acionistas, consumidores, fornecedores, prestadores de serviços, empregados, comunidade e outros.

No entendimento de Rimolli (1998), essas posições refletem as perspectivas éticas que sustentam as decisões empresariais para a responsabilidade social.

A empresa precisa deixar aparentes suas metas e aspirações, clareando seus valores, sua cultura e, também, definir quais as estratégias utilizadas para alcançar estas metas (GALLEAZZO, 2002).

Sobre a preocupação com a ética e responsabilidade social, Maximiano (2000, p.42), afirma:

Se o sistema de valores sempre orientasse as organizações para o benefício dos clientes, funcionários e fornecedores, ou para a proteção do ambiente e dos recursos naturais, não seria necessário estabelecer multas e punições precisamente para forçar a obediência a esses comportamentos.

Entretanto, para o autor, é preciso impor à sociedade o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Proteção dos Mananciais, a Lei do Colarinho Branco e outros dispositivos de controle.

Retomando a reflexão para a realidade brasileira, Ashley (2002, p.50), afirma que “é lícito afirmar que, hoje em dia, as organizações precisam estar atentas não só as suas responsabilidades econômicas e legais, mas também a suas responsabilidades éticas, morais e sociais”.

Em suma, as organizações terão que se adaptar a essa realidade e buscar formas de equacionar a necessidade de obter lucros, obedecer à legislação, ter um comportamento ético e conceber as suas responsabilidades sociais, comprometendo-se ativamente na solução de problemas sociais. Lembra a autora que “Valores éticos e morais sempre influenciaram as atitudes das empresas, mas estão se tornando, cada vez mais, homogêneos e rigorosos” (ASHLEY, 2002, p.52).

Segundo Galleazzo (2002), a ética, no contexto de uma administração empresarial, deverá ser assegurada pela implantação de códigos apropriados, pela criação de grupos de debates, pela incessante difusão de princípios e normas e, também, pelo estabelecimento de mecanismos ágeis de julgamento e eventuais punições.

É através de uma declaração de valores éticos que a empresa pode desenvolver suas atividades com transparência e responsabilidade, servindo como um indicador de tomadas de decisões.

Um outro componente importante para o entendimento da responsabilidade social, na visão de Ashley (2002), é a cultura no sentido antropológico, ou seja, um conjunto específico de valores e visões de mundo em cujo contexto ocorrem as ações e as práticas de determinada sociedade. Para colocar em prática a Responsabilidade Social perante os *stakeholders* é preciso conceber que a organização faz parte de um contexto sociocultural mais abrangente, o qual determinam de maneira fundamental tanto suas atividades quanto a maneira pela qual ela se relacionará com esse ambiente sociocultural. Assim,

as organizações não ocorrem em um vácuo nem são completamente objetivas e imparciais: há sempre um contexto que as influencia, tornando a administração culturalmente condicionada e sujeita aos valores, princípios e tradições da sociedade em que se insere (ASHLEY, 2002. p.55).

Valores e princípios éticos formam a base da cultura de uma empresa, orientando sua conduta e fundamentando sua missão social. A noção de Responsabilidade Social empresarial decorre da compreensão de que a ação das empresas deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer retorno para os investidores. A adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa fortalece a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações (ETHOS, 2002)

Conforme BSR (2002), ao adicionar às suas competências básicas um comportamento ético e socialmente responsável, as empresas obtêm o respeito das pessoas e das comunidades nas quais as suas atividades tem impacto, sendo recompensadas com o reconhecimento e envolvimento dos seus colaboradores e a

preferência dos consumidores. A Responsabilidade Social torna-se assim, cada vez mais, um fator de sucesso das organizações.

Para Faria e Malheiros (2002), as Empresas Socialmente Responsáveis são aquelas que se assumem estrategicamente como: agentes de uma nova cultura empresarial e de mudança social; criadoras de valor para todos os intervenientes: acionistas, colaboradores e comunidade envolvente; diferentes e com maior potencial de sucesso e de longevidade.

Para BSR (2002), uma empresa socialmente responsável é aquela pautada por uma política institucional firme, ética, dinâmica e empreendedora. É aquela que, com criatividade, gerencia e contribui com projetos sociais bem administrados, atuando ao lado de entidades da sociedade civil e do poder público, na busca de alternativas para a melhoria da qualidade de vida. E, por isso, ela é duplamente beneficiada: primeiro porque consolida sua imagem como uma empresa moderna e, segundo, porque produtividade e competitividade estão diretamente relacionadas à qualidade de vida da comunidade na qual a organização está inserida.

O cerne da discussão sobre Responsabilidade Social corporativa e cidadania empresarial gira em torno da preponderância do fator ética sobre os demais. A ética é o pressuposto primeiro quando se imagina uma empresa cidadã. É sentir-se co-responsável pelos problemas da sociedade (GUEIROS, 2002).

2.1.3 A prática da Responsabilidade Social nas organizações: os *stakeholders*

Na visão de autores contemporâneos, a Responsabilidade Social assume inúmeras características que englobam o público interno e externo, além do investimento na preservação ambiental, sem contudo, privilegiar uma categoria em particular. Desse modo, começa a ganhar força o entendimento de que apoiar a comunidade ou preservar o meio ambiente não é suficiente para atribuir a uma empresa a condição de socialmente responsável. Além disso, é necessário investir no bem-estar dos seus funcionários e dependentes e num ambiente de trabalho saudável, assim como promover comunicações transparentes, assegurar sinergia com seus parceiros e garantir a satisfação dos seus clientes e/ou consumidores (MELO NETO e FROES, 2001).

Nesse sentido, Ashley (2002. p.8-9) apresenta na Figura 2 um quadro ilustrativo dos principais vetores da Responsabilidade Social de uma empresa sugeridos por

Melo Neto e Froes (2001. p.78), com o intuito de facilitar e direcionar o processo de gestão empresarial para o *fortalecimento da dimensão social* da empresa, pois possibilitam o seguimento de alguns padrões e critérios como os já definidos.

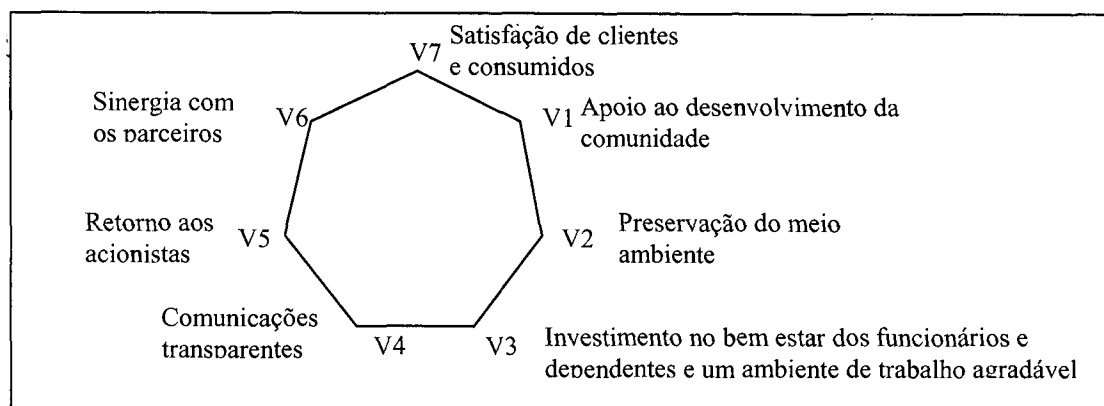


Figura 2: Vetores da responsabilidade social

Fonte: Ashley, 2002, p.9

A Responsabilidade Social da Empresa apresenta-se, em termos genéricos, dois significados: um primeiro significado, mais amplo, que inclui as relações da empresa com a sociedade, nas suas relações com os clientes, com os fornecedores, com as entidades públicas e com as comunidades locais, neste sentido Responsabilidade Social consiste na utilidade da empresa para todos os stakeholders. Um segundo significado, mais restrito, focalizado sobre os trabalhadores da empresa, na área das condições de trabalho, na qualidade do emprego, nas remunerações, na saúde e higiene.

~~Res~~ Responsabilidade Social, para ADVB (2002), é a forma ética e responsável que a empresa desenvolve todas as suas ações, suas políticas, suas práticas, suas atitudes, tanto com a comunidade quanto com o seu corpo funcional. Enfim, com o ambiente interno e externo à organização, e com todos os agentes interessados no processo.

Neste cenário, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, visto como um centro de referência em nível nacional no âmbito da gestão social, contribui com um modelo que define os indicadores sociais, que possibilitam o investimento das empresas na Responsabilidade Social em diversas áreas, com diversos públicos e de diferentes maneiras (ETHOS, 2002). Tais indicadores abrangem 7 temas, quais sejam:

- Valores e Transparência – que aborda os valores e princípios éticos que formam a base da cultura de uma empresa, orientando sua conduta e direcionando sua missão social;
- Público Interno – concebe a idéia de que a empresa deve ir além dos limites consolidados pela legislação trabalhista e nos padrões da OIT (Organização Internacional do Trabalho);
- Meio ambiente – uma empresa ambientalmente responsável deve procurar minimizar os impactos negativos e ampliar os positivos, bem como disseminar para outras empresas as práticas e conhecimentos adquiridos neste sentido. Deve portanto, dar atenção especial ao gerenciamento do impacto ambiental (conhecimento sobre o impacto ambiental no Meio ambiente; minimização de entradas e saídas de materiais na empresa; responsabilidade sobre o ciclo de vida dos produtos e serviços); e à responsabilidade frente às gerações futuras (comprometimento da empresa com a causa ambiental e educação ambiental);
- Fornecedores – cabe à empresa transmitir os valores de seu código de conduta a todos os participantes de sua rede de fornecedores que servirá de base para dirimir conflitos de interesses (critérios de seleção e parceria com fornecedores, trabalho infantil na cadeia produtiva, relações com trabalhadores terceirizados e apoio ao desenvolvimento de fornecedores);
- Consumidores/Clientes – parte da idéia de que a responsabilidade social em relação aos clientes e consumidores exige da empresa o investimento permanente no desenvolvimento de produtos e serviços confiáveis e a sua publicidade deve garantir o uso adequado sem riscos de danos à saúde dos usuários e das pessoas em geral (dimensão social do consumo e conhecimento dos danos potenciais dos produtos e serviços);
- Comunidade – a empresa deve se preocupar com as relações com a comunidade local (gerenciamento do impacto da empresa junto à comunidade, relações com organizações atuantes na comunidade, filantropia e/ou investimentos sociais, reconhecimento e apoio ao trabalho voluntário dos empregados);
- Governo e Sociedade – a empresa deve manter uma relação ética e responsável com os poderes públicos, cumprindo as leis, mantendo

interações com seus representantes, bem como uma atuação política coerente com os princípios éticos alinhados aos interesses da sociedade.

Quadro 01: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial

Tema	Indicadores
Valores e transparência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auto-regulação da conduta ▪ Relações transparentes
Público interno	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diálogo e participação ▪ Respeito ao indivíduo ▪ Respeito ao trabalhador
Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerenciamento do impacto ambiental ▪ Responsabilidade frente à gerações futuras
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seleção, avaliação e parcerias com fornecedores
Consumidores/clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensão social do consumo
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relações com a comunidade local ▪ Ação social ▪ Trabalho voluntário
Governo e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Transparência política ▪ Liderança social

Fonte: Ethos, 2002.

Segundo Melo Neto e Froes (2001 p.180), a metodologia do modelo Ethos destaca os principais elos de ligação da empresa e seus principais públicos-alvos, alicerçados em valores éticos, morais inquestionáveis, e de uma prática constante – a transparência de suas ações. Uma vez definidas as relações e seus elementos correspondentes, identificam-se os pré-requisitos básicos para o gerenciamento eficiente e eficaz dessas relações. Nessa perspectiva, esses pré-requisitos revelam a existência e a adoção de valores permanentes (ético, morais, sociais, políticos, culturais) e de uma postura de total transparência nas ações empresariais. Assim, o binômio valores-transparência outorga à empresa possibilidades de garantia de um comportamento socialmente responsável e de relações de Responsabilidade Social com seus diversos públicos (MELO NETO e FROES, 2001).

Complementando essa linha de argumentação, Borger (2001), afirma que uma outra opção é a incorporação dos conceitos de Responsabilidade Social na missão da empresa, divulgação deste conceito entre os funcionários e prestadores de serviço, comunidade, estabelecimento de princípios ambientalistas e outras. Assim, estabelecidos os valores, as crenças e os pressupostos básicos do empresário, estes são transferidos para o modelo mental dos seus *stakeholders* (BORGER, 2001).

De outro modo, cumpre salientar que, na tentativa de superar possíveis limitações quanto à aplicabilidade da Responsabilidade Social na realidade das organizações brasileiras, Ashley (2002) recomenda que os padrões de ação social sejam criados e desenvolvidos de acordo com a realidade de nosso país. É inoportuno, portanto, querer adotar estratégias empresarias alicerçadas em ações sociais elaboradas em países de Primeiro Mundo, visando obter resultados que se expressam da mesma forma. Assim, o aspecto cultural de uma nação determina o que se pode esperar como resultado de uma determinada atitude ou ação. Adquirir aprendizado com as experiências internacionais sempre é válido, mas sem o intuito de empregá-las como solução para os problemas locais.

Nesse contexto, segundo Borger (2001, p.64), a Business for Social Responsibility, observa que

A Responsabilidade Social empresarial está se desenvolvendo rapidamente por meio de uma variedade de iniciativas conhecidas pelas empresas e pelo público como o financiamento da educação dos empregados, a organização de programas de treinamento em ética, a adoção de políticas ambientalmente compatíveis e o patrocínio de eventos e projetos comunitários.

2.2 Responsabilidade social e natureza: desafios para uma sociedade sustentável

Para Mendes (*in* CAVALCANTI, 1998. p.56), faz parte da natureza da civilização empreender. Ela se assenta sobre empreendimentos, empresas que resultam em descobertas, conquistas, transformações, invenções. Portanto, qualquer empresa consome a natureza, não a sustenta: atenta contra ela em maior ou menor grau. Entretanto, se a natureza do mundo for destruída, já não poderá continuar a ser construída a empresa do homem. “Como fugir ao oxímoro?”

De certa forma, Capra (2000. p.205) amplia essa visão ao afirmar que, de certa maneira, a crença no crescimento econômico justifica-se porque, como uma característica essencial da vida, a evolução, a mudança e o crescimento parecem ser aspectos essenciais da realidade. O que parece errado nas atuais noções de crescimento econômico e tecnológico, contudo, é a ausência de qualquer limitação: acredita-se que todo crescimento seja bom, sem se reconhecer que, num meio ambiente finito, logo, tem que existir um equilíbrio dinâmico entre crescimento e

declínio. Ao mesmo tempo que algumas coisas têm de crescer, outras têm de diminuir, para que seus elementos constituintes possam ser liberados e reciclados.

No entanto, para Leff (2001, p.84), o processo de desenvolvimento econômico gerou uma corrida desenfreada das forças produtivas, ignorando as condições ecológicas de sustentabilidade da vida no planeta.

Seus conseqüências foram não só a devastação da natureza – do sistema ecológico que é suporte físico e vital de todo o sistema produtivo, mas também a transformação e destruição de valores humanos, culturais e sociais (...) a busca de *status*, de lucro, de prestígio, de poder, substitui os valores tradicionais: o sentido de enraizamento, equilíbrio, pertença, coesão social, cooperação, convivência e solidariedade.

Nesse contexto, de modo geral, das discussões sobre um conceito alternativo de desenvolvimento emergiu a idéia de desenvolvimento sustentável. Definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”, no documento Nosso Futuro Comum, sublinhou-se a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chamou-se a atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual (MENDES *in* CAVALCANTI, 1998, p.55).

Sob a ótica de Maimon (1998), a assimilação da variável ambiental nas empresas brasileiras foi descompassada em relação àquela ocorrida nos países desenvolvidos. Exemplo disso foi o comportamento da delegação brasileira em Estocolmo, cuja posição era extremamente defensiva, sob o argumento de que “a pior poluição é a pobreza”. Os nossos ministros chegaram, inclusive, a convidar empresas para se instalarem no país, alegando que o “Brasil queria indústrias e que tinha um grande espaço para ser poluído” (MAIMON *in* CAVALCANTI, 1998 p.408).

Assim sendo, afirma o autor, que no decorrer da década de 70, a abundância de recursos naturais aliada à ausência de uma política de controle ambiental foram fatores de atração aos investimentos nos setores de mineração, química, construção naval, que já sofriam restrições nos países de origem.

Mesmo com os dois choques econômicos ocorridos em 1973 e 1979, provocados pelo petróleo, permaneceu a concepção do crescimento econômico brasileiro sem a devida atenção quanto ao aproveitamento racional dos recursos naturais e do meio ambiente.

Já os anos 90 marcam uma mudança definitiva nos rumos do ambientalismo brasileiro, sendo que somente a partir de 1991, as empresas brasileiras passaram a se pronunciar mais intensivamente sobre suas responsabilidades ambientais. Isso se deve, por um lado, ao debate sobre modernidade, introduzido pelo governo Collor, que difundiu juntamente com as práticas de liberalismo econômico as de qualidade total. Por outro, à preparação e realização da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro, em 1992 – que mobilizou os empresários em distintos fóruns de debates ligados ao movimento empresarial internacional. Neste contexto, foi criada a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de intermediar órgãos financiadores, como o Banco Mundial, e o setor privado no que tange à avaliação de projetos que ponham em risco o meio ambiente (MAIMON, *in* CAVALCANTI, 1998).

Nesse contexto, uma visão contemporânea tende a focalizar os objetivos empresariais de forma a transcender os aspectos mensuráveis dos fatores de produção, passando para uma forma de organização que concilie os interesses do indivíduo, da sociedade e da natureza, transitando do paradigma antropocêntrico, (para o qual a empresa é o centro de tudo), para o ecocêntrico (no qual o meio ambiente é o mais importante), e a empresa, assim como outros agentes, insere-se nele. A abordagem tradicional de gestão privilegia a mercantilização das relações sociais e o consumerismo, a competição como conduta primária para as relações de produção e consumo bem como a relação de apropriação da natureza pelo ser humano e antropocentrismo (ASHLEY, 2002).

Em oposição, a abordagem ecocêntrica, segundo o mesmo autor, requer um modelo mental para o conceito de empresa, descentralizando-a no escopo de discussão, quanto às relações de produção e consumo nas coletividades humanas, considerando as relações recíprocas do ser humano e natureza, sem limites temporais e espaciais. Suas principais premissas são:

- a interdependência e o desempenho ecológico das comunidades organizacionais, entendidas como ecossistemas industriais;
- a gestão ecocêntrica da organização pela administração dos elementos organizacionais que tenham impacto sobre a natureza, rejeitando a dominação do homem sobre ela;

- missões organizacionais orientadas para questões ambientais, globais e de longo prazo, efetivamente buscando a ativa harmonia com o ambiente natural;
- minimização do uso de recurso virgens (não reciclados) e de formas não renováveis de energia;
- nos processos de produção, a prevenção do uso ineficiente de recursos materiais e de riscos ambientais, riscos ocupacionais, psíquicos e de saúde pública;
- minimização dos custos tangíveis e intangíveis do ciclo de vida dos produtos e serviços da organização; e
- pensamento sistêmico sobre as relações recíprocas entre as decisões e ações dentro da rede de relacionamento de produção e consumo da organização.

O Quadro 2 traz outras características importantes dessas duas abordagens.

O caminho para uma sociedade sustentável, segundo Ashley (2002), aponta uma nova perspectiva sobre os impactos das decisões e ações de todos os agentes sociais, especialmente dos *stakeholders* associados aos negócios de uma organização. Essa perspectiva sugere alguns desafios a serem enfrentados:

Primeiro desafio: avaliação de desempenho – consiste na avaliação do desempenho balanceado tendo como referência a orientação do padrão internacional proposto pelo AA 1000, do Institute of Ethical and Social Accountability, atingindo o chamado resultado triplo que inclui a avaliação quanto aos aspectos ambientais (responsabilidade ambiental); econômicos (responsabilidade societária, financeira, comercial e fiscal) e sociais (ação social da empresa e responsabilidade trabalhista/previdenciária).

Segundo desafio: Responsabilidade Social – consiste na descentralização do debate sobre Responsabilidade Social exclusivamente sobre a empresa como centro e origem da responsabilidade social, visando adotar novas premissas:

- buscar a Responsabilidade Social de todos os indivíduos, organizações e instituições em suas decisões e ações na sociedade;
- considerar o poder de compra e consumo como fomentador da Responsabilidade Social nos negócios;

- educação, em todos os níveis e meios, para uma sociedade sustentável, proporcionando a consciência de vivermos em uma rede de complexidade com múltiplos e simultâneos fatores antecedentes e resultantes.

Quadro 2: Gestão tradicional versus gestão ecocêntrica

	GESTÃO TRADICIONAL	GESTÃO ECOCÊNTRICA
Objetivos	Crescimento econômico e lucros. Riqueza dos acionistas	Sustentabilidade e qualidade de vida. Bem-estar do conjunto de <i>stakeholders</i> .
Valores	Antropocêntrico. Conhecimento racional e “pronto para uso” Valores patriarcais	Biocêntrico ou ecocêntrico. Intuição e compreensão. Valores femininos pós-patriarcais
Produtos	Desenhado para função, estilo e preço. Desperdício em embalagens.	Desenhado para o ambiente. Embalagens não agressivas ao ambiente.
Sistema de produção	Intensivo em energia e recursos Eficiência técnica	Baixo uso de energia e recursos Eficiência ambiental.
Organização	Estrutura hierárquica. Processo decisório autoritário. Autoridade centralizada. Altos diferenciais de renda.	Estrutura não hierárquica. Processo decisório participativo. Autoridade descentralizada. Baixos diferenciais de renda
Ambiente	Dominação sobre a natureza. Ambiente gerenciado como recurso. Poluição e refugo/lixo são externalidades.	Harmonia com a natureza. Recursos entendidos como estritamente finitos. Eliminação/gestão de poluição e refugo/lixo.
Funções de negócios	Marketing age para o aumento do consumo. Finanças atuam para a maximização de lucros no curto prazo. Contabilidade dedica-se a custos convencionais. Gestão de recursos humanos trabalha para o aumento da produtividade do trabalho.	Marketing age para a educação do ato de consumo. Finanças atuam para o crescimento sustentável de longo prazo. Contabilidade focaliza os custos ambientais. Gestão de recursos humanos dedica-se a tornar o trabalho significativo e o ambiente seguro e saudável para o trabalho.

Fonte: SHRIVASTAVA (apud ASHELEY, 2002, p.30-31)

Terceiro desafio: transparência organizacional – As empresas, tanto permeáveis (diálogo) como responsivas (satisfação de expectativas), deverão, a partir de normas, princípios e valores assumidos e praticados no cotidiano do trato com seus *stakeholders*:

- construir relação de confiança;
- reger suas relações por normas de conduta;
- incentivar e adotar parcerias que agregam valor mutuamente;
- tomar decisões empresariais considerando aspectos econômicos, ambientais e sociais.

2.3 O papel das instituições universitárias brasileiras

A universidade desempenha um papel fundamental no processo de transformação do conhecimento e de mudanças sociais. A sua atuação se estabelece através da demanda expressa de profissionais portadores de conhecimentos e de habilidades úteis e funcionais para a sociedade. O prestígio social atribuído às Universidades produz um conjunto de motivações que influenciam e determinam as possibilidades de transformar as estruturas de paradigmas existentes na sociedade civil. Assim, com a emergência da crise ambiental, os estudos sobre a Responsabilidade Social das Universidades orientam para um processo de conscientização para regular condutas sociais que evitem efeitos negativos sobre a natureza e criar habilidades técnicas para resolver problemas ambientais (LEFF, 2001).

Para Leff (2001), as universidades devem abrir-se a um processo de pesquisa juntamente com as comunidades locais estabelecendo um diálogo entre conhecimentos acadêmicos e os saberes populares para resolver problemas ambientais. Desta forma, pode-se captar os problemas a partir das bases e devolver o saber elaborado para a sua aplicação em programas e projetos de gestão ambiental.

Em termos gerais, a inserção da Universidade na discussão da questão ambiental pode ser traduzida na Declaração de Porto Alegre sobre Universidade, ética e meio ambiente, elaborada ao final do Seminário Internacional sobre Universidade, Ética e Meio Ambiente, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, em maio de 1992, qual seja:

as Universidades de todo o mundo produziram e são guardiãs do conhecimento pelo qual os seres humanos atingiram seu surpreendente poder para o desenvolvimento e para a degradação da terra. Sua missão é transmitir e desenvolver este conhecimento de geração a geração para o benefício de todos. As Universidades são hoje encorajadas a re-examinar este papel para assegurar uma educação que alicerce uma comunidade de vida sustentável sobre a terra, com o respeito apropriado pelos direitos humanos e pelas comunidades de vida não humana (ROLSTON, 1992, p.137).

O referido documento enfatizou a importância de as Universidades promoverem o valor da solidariedade. Isto inclui solidariedade entre as nações desenvolvidas e nações em desenvolvimento, gerações presentes e futuras e também entre seres

humanos e outras formas de vida com as quais nós compartilhamos a abundância terrestre de biodiversidade genética. As Universidades devem estar conscientes do seu poder de influência e tornarem-se modelos de atuação positiva. Elas devem incentivar as práticas empresarias voltadas para uma política ambientalmente responsável. Certamente, aquelas entidades que adotarem tal política obterão, de forma mais fácil, seus objetivos integrados fazendo pleno uso dos diversos recursos multidisciplinares disponíveis dentro das Universidades.

Em nível nacional, o trato da questão ambiental no âmbito da Universidade, pode ser configurado na realização de vários eventos sobre essa temática. Registra-se, historicamente, o primeiro Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente aconteceu em 1986, em Brasília, numa tentativa de se buscar entender o que estava acontecendo e contemplava aspectos gerais da incorporação da dimensão ambiental nos diferentes campos do conhecimento. Desde então, anualmente este fórum de discussão vem articulando debates cujo eixo central visa o desenvolvimento e entendimento das questões inerentes ao meio ambiente e suas relações com a Universidade. Foram abordados temas como as “Formas de Organização da Universidade para o Tratamento Interdisciplinar da Temática Ambiental”; “Universidade e a Sociedade face à Política ambiental Brasileira” em que se discutiram questões como educação ambiental no ensino de 1º e 2º graus, no ensino de graduação e pós-graduação, no trabalho comunitário; extensão universitária e a questão ambiental; movimentos sociais rurais e a questão ambiental; legislação e participação comunitária; poder municipal e a questão ambiental; pesquisa e a questão ambiental; saúde e meio ambiente; Universidade e avaliação de impactos e outros.

Tais iniciativas levaram os Reitores ao consenso de que como as Universidades educam, a maioria das pessoas que desenvolvem e gerenciam as instituições sociais, elas têm grande responsabilidade no aumento da conscientização, conhecimento, tecnologias e ferramentas para criar um futuro sustentável (CRUB, 1990).

Ashley (2002) entende que uma revisão dos papéis dos principais atores responsáveis pela superação da crise social e ambiental no país, passa pelo reconhecimento de que o espaço público já não é exclusividade do Estado. Torna-se evidente o confronto entre as premissas da Responsabilidade Social das organizações, fundadas na solidariedade, sustentabilidade, igualdade e

interdependência das relações entre atores sociais diversos e os aspectos opostos da cultura brasileira como individualismo, competição, distanciamento nas relações entre atores sociais, centralização do poder e passividade dos segmentos populares.

Seguindo esse entendimento, Ashley (2002) enfatiza que a exigência de aperfeiçoamento da atuação social das organizações gera um vasto campo de atuação para as universidades, instituições governamentais e outros. Tais instituições poderão constituir-se um eixo de desenvolvimento de novas metodologias e ferramentas que irão subsidiar tecnicamente as organizações. Ela aponta para a necessidade urgente de um maior investimento em pesquisas nacionais e regionais privilegiando as empresas que apresentam dificuldades para atuar socialmente.

Nesse sentido, iniciativas de muito mérito surgiram pelo Instituto Ethos que vem explorando, positivamente, o potencial das Universidades. Com uma atuação centralizada no campo das idéias, ou seja, na difusão do conceito da responsabilidade social, tal Instituto, em parceria com o jornal Valor Econômico promoveu a primeira edição do concurso Nacional para Estudantes Universitários sobre Responsabilidade Social nas Empresas contando com a adesão de Universidades, com o intuito de estimular a comunidade acadêmica e os futuros profissionais a se engajarem na construção da Responsabilidade Social no país. (INSTITUTO ETHOS, 2002) Assim, “a complexidade dos problemas sociais demanda essa cooperação e parceria entre Estado, sociedade, terceiro setor e empresas para que seja feito um trabalho mais integrado” (ASHLEY, 2002. p.117).

As organizações do terceiro setor (ONGs) é uma categoria considerada pelos estudiosos e pesquisadores do assunto, como sendo um fenômeno do mundo ocidental e não apenas dos países do Terceiro Mundo. Ele já tem sido caracterizado como um novo setor da economia, o “da economia social”. Peter Drucker, (*apud* GOHN, 2000), constatou que o terceiro setor foi o que mais cresceu, movimentou recursos, gerou empregos e foi o mais lucrativo na economia norte-americana nos últimos vinte anos. Daí a crença de que este setor continuará a ter um grande crescimento e um papel-chave no decorrer deste milênio, no conjunto das relações entre Estado e a sociedade (GOHN, 2000).

Essas organizações se destacam como fruto de alterações no cenário da sociedade civil brasileira, principalmente na organização popular e se apresentam

como a face mais visível dessas categorias. Elas existem para impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis, promover o desenvolvimento econômico local e atuar em áreas onde o Estado é incipiente, como em relação aos idosos, à mulher, aos índios, aos negros e a outros movimentos. Partindo-se da idéia de que o Estado já não consegue mais penetrar nas microesferas da sociedade, a sua atuação se dá no nível macro e as políticas públicas necessitam de mediadores para serem efetivas. Em consequência, atribuem como uma das causas do crescimento dessas categorias a falência das políticas estatais na área social (GOHN, 2000).

Este entendimento, consubstancia a idéia de que tanto as Universidades como as ONGs atuam inseridas e comprometidas com o projeto social de formação do homem que a sociedade contemporânea exige.

Uma resposta a essa realidade encontra sentido renovado na educação aliada à questão da cultura política.

A educação é um processo que requer a integração de conhecimentos com habilidades, valores e atitudes e como tal está associada ao desenvolvimento da cultura política. Juntas, educação e cultura política têm a finalidade de ser instrumento e meio para se compreender a realidade e lutar para transformá-la (GOHN, 2000. p.80).

Feitas essas abordagens, cumpre salientar que algumas referências conduzem o trabalho para uma segunda etapa da fundamentação teórica, qual seja, as necessárias especificidades do bioma Cerrado para o contexto da Responsabilidade Social das organizações. Tais especificidades serão tratadas no Capítulo a seguir.

3 O BIOMA CERRADO

Este capítulo trata do bioma Cerrado, privilegiando o seu conhecimento empírico. De um modo geral, é feita uma caracterização e a descrição das suas potencialidades bem como a influência e modificações que a ocupação humana e as atividades econômicas vêm exercendo no Cerrado, na tentativa de focalizá-lo e aproximá-lo ao máximo da realidade observada, de forma complexa e contextualizada em um plano aberto e flexível.

3.1 Caracterização e descrição

Estudos especializados mostram que no Brasil pode-se considerar a ocorrência de seis grandes biomas: o Cerrado, os Campos e Florestas Meridionais, a Floresta Atlântica, a Caatinga, a Floresta Amazônica e o Pantanal. A localização geográfica de tais biomas, ilustrada na Figura 3, é condicionada, principalmente, pelos fatores climáticos como a temperatura, a pluviosidade e a umidade relativa, e em menor escala pelo tipo de substrato (RIBEIRO e WALTER, 1998)

Compreendendo uma área de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados, o Cerrado é considerado o segundo maior bioma brasileiro, superado apenas pela Floresta Amazônica, está localizado basicamente no Planalto Central do Brasil, contém a grande parcela da biodiversidade nacional, perfazendo uma área de 204 milhões de hectares e se apresenta como uma imensa ilha territorial e ecossistêmica circundada pelos principais biomas brasileiros. Este bioma ocupa cerca de 22% do território nacional (NASCIMENTO, 2001).

Com área contínua, o Cerrado abrange os Estados de Goiás, Tocantins, e o Distrito Federal, parte dos Estados da Bahia, Ceará, o sul do Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, grande parte do Piauí, Rondônia e São Paulo. Com área não contínua, abrange também, no norte do país, os Estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, e no sul, em pequenas “ilhas” o Paraná. (SANO e ALMEIDA, 1998. p.93-94)

O espaço ocupado pelo Cerrado equivale à soma das áreas da Espanha, França, Alemanha, Itália e Inglaterra (WWF-Brasil, 2002).

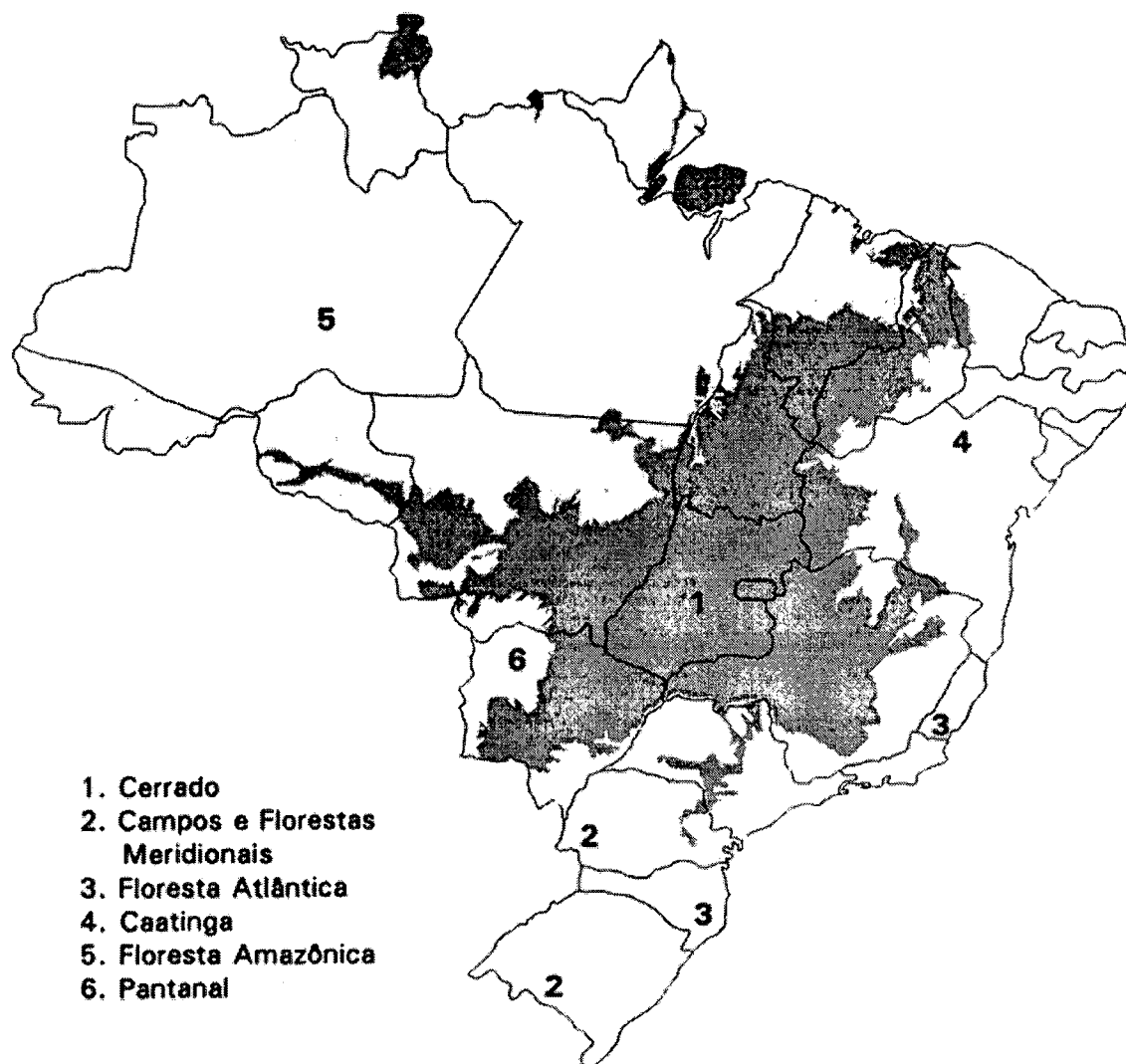


Figura 3: Distribuição geográfica dos principais biomas do Brasil, destacando a área ocupada pelo Cerrado

Fonte: Ribeiro e Walter(1998)

Acredita-se que a origem do Cerrado seja o resultado da combinação da estacionalidade climática, dos solos e da ocorrência do fogo. A riqueza de espécies da Região do Cerrado compreende 1/3 da biota brasileira e 5% da fauna e da flora mundiais, cujos valores são proporcionados pela vasta dimensão da região (que, aliada à sua posição central, possibilita uma interface com outros quatro biomas); pela sua heterogeneidade ambiental e por seus trechos das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (ALHO e MARTINS, 1995).

O bioma Cerrado se caracteriza por sua diversidade de climas, solos e topografias que resultam em um mosaico de diferentes tipos de vegetação - paisagens, que vão desde o cerradão (com árvores altas, densidade maior e composição distinta), passando pelo cerrado mais comum no Brasil central (com

árvores baixas e esparsas), até o campo cerrado, campo sujo e campo limpo (com progressiva redução da densidade arbórea). Ao longo dos rios, há fisionomias florestais, conhecidas como florestas de galeria ou matas ciliares. Essa heterogeneidade abrange muitas comunidades de mamíferos e de invertebrados, além de uma importante diversidade de microorganismos, tais como fungos associados às plantas da região (WWF-Brasil, 2002).

3.1.1 Cerrado: algumas definições de termos

A fim de propiciar uma melhor compreensão sobre o Cerrado, estudiosos do assunto consideram importante a definição de alguns termos. A palavra *Cerrado*, de origem espanhola, significa *fechado*, traduz a característica geral da vegetação arbustivo-herbácea densa que ocorre na formação savânica. Com o tempo, a falta de uniformidade na sua utilização gerou uma série de controvérsias e dificuldades na comparação de trabalhos da literatura específica (RIBEIRO e WALTER, 1998).

Nesse sentido, para os autores, o termo *cerrado* tem sido usado tanto para denominar tipos de vegetação (tipos fisionômicos) quanto para indicar formas de vegetação (formação ou categoria fitofisionômica). Pode também estar associado a adjetivos referentes a características estruturais ou florísticas particulares, encontradas em regiões específicas

O termo *cerrado* tem tido várias aplicações. O seu sentido diversificou-se de tal modo que, atualmente, três de suas acepções usuais recomendam diferenciação. Uma mais abrangente refere-se ao bioma predominante no Brasil Central, que deve ser escrita com a inicial maiúscula ("Cerrado"). Desta forma, quando se fala em região do Cerrado ou região dos Cerrados, geralmente a refere-se ao bioma, ou à área geográfica igual ao do bioma. Os citados autores recomendam que o termo Cerrado não deve ser usado no plural para referir-se ao bioma, pois existe somente um bioma Cerrado. A Segunda acepção, *cerrado em sentido amplo (lato sensu)*, agrega as formações savânicas e campestres do bioma, incluindo o cerradão até o campo limpo (RIBEIRO e WALTER, 1998 p.100). Assim sendo, este conceito indica uma única formação florestal incluída, o cerradão. A terceira e última acepção do termo *cerrado* entendida em sentido restrito (*stricto sensu*) denomina um dos tipos fitofisionômicos que se encontra na formação savânica, definido pela composição florística e pela fisionomia, levando-se em conta tanto a estrutura quanto as formas

de crescimento dominantes. Outras utilizações que a palavra cerrado pode apresentar decorrem de variáveis ou desdobramentos de alguma das acepções acima descritas, principalmente do cerrado em sentido amplo (RIBEIRO e WALTER, 1998).

Cumprе salientar que este trabalho segue a primeira acepção do termo *cerrado*, adotando-se, portanto, a forma escrita em maiúscula para a denominação mais abrangente do bioma Cerrado.

Outros autores apresentam dois conceitos para o Cerrado: um fisionômico e outro florístico. No aspecto fisionômico, o Cerrado é uma savana tropical, ou um bioma no qual árvores e arbustos coexistem com uma vegetação rasteira formada principalmente por gramíneas. As árvores e arbustos se distribuem de forma esparsa pela vegetação rasteira e, raramente, formam uma cobertura arbórea contínua. No aspecto florístico, o Cerrado possui uma flora específica que o distingue de outros biomas brasileiros, como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, ou a Caatinga (ALHO e MARTINS, 1995).

No mesmo sentido, outros estudiosos do assunto entendem que Cerrado é uma savana tropical na qual a vegetação herbácea coexiste com mais de 420 espécies de árvores e arbustos esparsos. O solo, antigo e profundo, ácido e de baixa fertilidade, tem altos níveis de ferro e alumínio (BERNA, 2001).

Uma outra definição, dada por Carvalho, (1981 in BERNА, 2002 p.3), afirma que “Bioma é uma comunidade maior composta de todos os vegetais, animais e comunidades, incluindo os estágios de sucessão da área. As comunidades de um bioma possuem certa semelhança e análogas condições ambientais. É a unidade ecológica imediatamente superior ao ecossistema” (BERNA, 2002).

3.2 A biodiversidade do Cerrado: potencialidades e perspectivas

O termo biodiversidade traduz a riqueza e a variedade do mundo natural. As plantas, os animais e os microorganismos fornecem alimento, remédios e boa parte da matéria-prima industrial utilizada pelo ser humano. Para um melhor entendimento, deve-se considerar o termo em dois aspectos diferentes: todas as formas de vida, assim como os genes contidos em cada indivíduo, e as inter-relações, ou ecossistemas, na qual a existência de uma espécie afeta diretamente

muitas outras (WWF-Brasil,2001).

Em função de sua vasta extensão territorial, de sua posição geográfica, de sua heterogeneidade vegetal e de ser cortado pelas três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Tocantins, São Francisco e Prata), o Cerrado é considerado o “berço das águas” e destaca-se por sua biodiversidade surpreendente.

Em síntese, no entendimento de Barbosa (1991), os chapadões centrais do Brasil, cobertos pelo domínio fitogeográfico e morfoclimático dos cerrados, constituem a cumeeira do Brasil e também da América do Sul, pois distribuem significativa quantidade de água que alimenta as principais bacias hidrográficas do Continente.

O bioma Cerrado contém a maior diversidade do continente em termos de espécies endêmicas, sendo considerado como a maior área savânica do mundo. No entanto, ainda são poucos os trabalhos científicos realizados para uma sistematização dessa flora (MARES, 1986 *apud* NASCIMENTO, 2001).

Alho e Martins (1995) classificam a flora do Cerrado como a mais rica dentre as savanas do mundo: sua performance de cerca de 429 espécies de árvores e arbustos é muito superior ao número de espécies das savanas do Suriname ou Venezuela. Calcula-se que a flora da região dos cerrados possa atingir entre 4 e 10 mil espécies de plantas diferentes, superior ao de grande parte de outras floras mundiais (várias usadas na produção de cortiça, fibras, óleos, artesanato, além do uso medicinal e alimentício).

Some-se a isso, as 759 espécies de aves, 180 espécies de répteis, 195 mamíferos, sendo 30 tipos de morcegos catalogados na área. O número de insetos é surpreendente: apenas na área do Distrito Federal, há 90 espécies de cupins, mil espécies de borboletas e 500 tipos diferentes de abelhas e vespas. Cerca de 80% do carvão vegetal consumido no Brasil vem das árvores do Cerrado (WWF-Brasil, 2002).

Estudos realizados pelo Projeto Biogeografia do bioma Cerrado (IBGE, 1994) estimavam naquela data que existiam 20.000 espécies conhecidas, o que consideram um grande patrimônio genético de valor biotecnológico. Porém, reconhecem que já devem ter sido destruídos cerca de 20 a 50 bilhões de gens em consequência da exploração predatória.

Segundo Mantovani e Pereira, (*apud* NASCIMENTO, 2001), o potencial agrícola do Cerrado é indiscutível: a região constitui uma das maiores e uma das últimas

reservas de terra do mundo, com capacidade para suportar, de modo imediato, a produção de cereais e a formação de pastagens.

Não obstante, no entendimento de Duarte (1998), a partir da década de 70, com o esgotamento da tradicional área de agricultura do sul e do sudeste do Brasil, o Centro-Oeste, principalmente, destacou-se como uma região de fronteira agrícola, aberta aos fluxos migratórios nacionais e internacionais e aos padrões mais modernos de capital e de tecnologia intensivos, definidos pelos processos de globalização da economia. “O Cerrado, que produzia grãos em quantitativos irrelevantes, quando comparados à produção nacional, passou a integrar tabelas e quadros estatísticos da produção nacional, com destaque” (NASCIMENTO, 2001, p.14). Em consequência, houve uma transformação considerável no perfil da região e a relação entre as populações ali adaptadas e o meio ambiente acelerou a diminuição da biodiversidade do cerrado e provocou uma análise crítica de suas perspectivas (DUARTE, 1998).

Vale ressaltar que, em uma perspectiva da avaliação quantitativa e qualitativa do impacto das atividades agropecuárias na região dos cerrados, a WWF-Brasil vem desenvolvendo um trabalho que visa buscar modelos de produção agropecuária mais adequados ao Cerrado com propostas de aperfeiçoamento das políticas setoriais para contribuir na implementação de tais modelos (WWF-Brasil, 2002).

Nessa perspectiva, uma das preocupações colocadas por Alho e Martins (1995) é a de que o desenvolvimento bem sucedido do cerrado deve centrar-se em mecanismos que promovam mudanças espontâneas e a divisão de responsabilidades. Some-se a isso, a concepção de que a conservação da biodiversidade do cerrado deve aliar-se ao desenvolvimento nacional baseado na avaliação do potencial dos seus recursos naturais.

3.3 Cerrado: um problema social

Problema é entendido como um desvio entre o que existe e o que deveria existir ou ainda a diferença entre o que deveria ser alcançado e o que foi alcançado. Compreende, pois, o “é” e o “dever ser”. A partir deste entendimento, *problema social* representa um estado de carência de serviços sociais básicos que afeta um determinado segmento populacional, que habita uma determinada área geográfica

com características sociais, culturais, econômicas e demográficas bem definidas (MELO NETO e FROES, 1999).

Nessa linha de argumentação, a ocorrência de tal problema representa um déficit social que revela a falta ou insuficiência de serviços fundamentais para a sobrevivência ou melhor qualidade de vida de um segmento populacional, cuja relevância está diretamente relacionada com extensão dos seus efeitos. Por exemplo, a destruição das riquezas naturais e a influência e modificações que as atividades econômicas exercem sobre o meio ambiente.

Segundo Albuquerque (*apud* DUARTE e BRAGA, 1998), as primeiras incursões para o descobrimento dos cerrados datam do primeiro século do descobrimento das Américas. Expedições espanholas e portuguesas, ao alcançarem as grandes bacias hidrográficas continentais – a bacia do Prata e a bacia do São Francisco respectivamente, atingiram o interior da região dos cerrados, motivados pela possibilidade de descoberta de minerais preciosos.

Para Alho e Martins (1995), dois fatores contribuíram decisivamente para a expansão agrícola mais recente no Cerrado: a construção da nova Capital Federal no final dos anos 50 e a adoção de estratégias e políticas de desenvolvimento e investimentos em infra-estrutura entre 1968 e 1980. Desta forma, a construção de Brasília e de um sistema rodoviário ligando-a ao núcleo dinâmico do país, permitiram a abertura e ocupação do Cerrado, resultando, a partir da década de 70, na expansão da agricultura comercial favorecida por um clima tropical com uma estação seca pronunciada e por uma topografia regional que varia entre plana e suavemente ondulada, favorecendo agricultura mecanizada e a irrigação.

Esses autores acreditam que esse tipo de agricultura acarretou problemas ambientais diretamente relacionados com os procedimentos de produção. Estudos recentes indicam que apenas 20% do cerrado ainda possui a vegetação nativa em estado relativamente intacto. Assim, a fronteira agrícola dos cerrados, como grande região produtora de grãos, teve sua ocupação efetiva dentro dos padrões de uma agricultura integrada à indústria – o complexo agroindustrial.

Segundo Faria (1998. p.163), “os efeitos dessa integração são causados pela apropriação que a cadeia faz da produção agrícola, e o faz de “modo anárquico”, acarretando “custos sociais incalculáveis com poluição ambiental e degradação das áreas rurais”.

Por outro lado, dados divulgados por Mantovani e Pereira (*apud* NASCIMENTO,

2001) revelam que numa projeção para o ano 2000, levando-se em conta apenas a abertura de terra para agropecuária, cerca de 45,5% da superfície geográfica do Cerrado já estaria sendo utilizada.

De acordo com Nascimento (2001), um outro agravante para o desmatamento do Cerrado é a produção de carvão favorecida pelo fato de o Cerrado não constar do texto da Constituição Federal no que se refere a áreas prioritárias de preservação em propriedades particulares. Com isso, sua utilização permite o decapeamento de 80% da propriedade, deixando-se uma reserva legal vegetada de 20%, que não precisa ser especificamente de vegetação nativa. Assim, a carvoaria tem explorado toda a madeira passível de ser transformada em carvão, de forma intensiva e indiscriminada nas áreas ainda não utilizadas para a agropecuária (NASCIMENTO, 2001).

No esforço de ressaltar a importância do Cerrado, Martins (*apud* CORRÊA e FILHO, 1998. p.9), afirma que

o cerrado pode ser definido como filho rejeitado dentre os biomas brasileiros, de aparência retorcida, com árvores pequenas e de casca grossa, essa vegetação é a antítese da concepção estética que prefere as árvores grandes e retilíneas das florestas. O preconceito estético não permite valorizar a savana de maior diversidade biológica do mundo, e muito menos “ver” a exuberante beleza da explosão de vida que invade o cerrado logo com as primeiras chuvas depois do período seco.

Esse quadro de referência sugere que a importância da região dos cerrados, no espaço geo-ecológico nacional, é ainda subestimada. Nesse sentido Bursztyn (2002, *in* DUARTE e BRAGA, 1998, p.7), reitera que “sob a ótica ambiental, a região dos cerrados não chamou a atenção da opinião pública em escala comparável à Amazônia”. No entanto, constata-se uma grande semelhança entre estas duas regiões: ambas foram submetidas a uma política de ocupação econômica nas últimas décadas; elas funcionam como ‘válvulas de escape’ à pressão demográfica nas outras regiões do país; ambas constituem um novo vetor do desenvolvimento nacional, escapando à tendência histórica de concentração no litoral; e as duas são ecologicamente vulneráveis (BURSZTYN *in* DUARTE e BRAGA, 1998).

Nessa linha de argumentação, na visão de vários autores, parece que o processo de depreciação do Cerrado tem incentivado uma postura de descaso por parte da maioria em relação a sua preservação. Contribui para isso o fato de que o Cerrado, diferentemente da Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal, não recebeu da

Constituição Federal o *status* de “Patrimônio Nacional”, tornando a conservação de sua biodiversidade uma tarefa mais difícil. Apesar de ser um bioma pouco estudado, sabe-se que o Cerrado é uma das regiões de maior diversidade do planeta, com um grau de endemismo significativo (WWF-Brasil, 2002).

Pesquisas mostram que, levando-se em consideração o potencial da diversidade de paisagens do bioma, as áreas de preservação ainda se mostram insuficientes. Nota-se que cerca de 2% da área constitui Parques Nacionais e Reservas. Alguns parques nacionais de preservação do Cerrado têm área significativa: o Parque Nacional das Emas, no Estado de Goiás, com 132.000ha, onde predomina paisagens de cerrado do “*strictu senso*” e campos; o Parque Nacional de Chapada dos Veadeiros, também no Estado de Goiás, com 60.000ha, preservando grande parte da paisagem de campos rupestres; o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, no Estado de Minas Gerais, com 84.000ha, protege uma significativa amostra de áreas alagadiças e veredas; e o Parque Nacional do Araguaia, com 563.000ha, que se localiza na parte norte da Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins, preservando um ecótono bastante singular: Cerrado/floresta amazônica (NASCIMENTO, 2001).

Salienta-se que uma crise na região do Centro-Oeste brasileiro pode trazer graves conseqüências em outras regiões do Brasil e mesmo no Planeta, uma vez que somente os cerrados constituem um conjunto de ecossistemas formando um imenso bioma com riqueza biológica estimada em 5% de todas as espécies existentes na Terra, e que abarca nascentes de grande parte dos rios que formam as principais bacias hidrográficas do continente sul-americano (DUARTE, 1998).

Nesse contexto, onde a natureza ganha renovada importância em vários discursos sociais, da literatura disponível, extrai-se que, desde 1990, a problemática ambiental do Cerrado aparece como uma preocupação social. Desde então, propôs-se uma análise de estruturação do ambientalismo na região com o intuito de se pensar a maneira pela qual os problemas sócio-econômicos da região - como crescimento urbano, desenvolvimento industrial, mineração e, principalmente, problemas causados pela expansão da fronteira agroindustrial do país - começavam a ser tratados do ponto de vista conservacionista-preservacionista e sócio-ambiental (DUARTE e BRAGA, 1998).

Não obstante, o reconhecimento do Cerrado como categoria do social deixa-se permear pelas tensões acima apontadas e remete à busca de alguns elementos que o caracterizam e dão forma às suas potencialidades e perspectivas.

Nessa nova forma de se pensar a questão, apontou-se um caminho a ser trilhado que resultou na emergência da constituição de novas formas de perceber o Cerrado que se encontram entre os que pensam o Cerrado como uma fronteira agrícola a ser ocupada e, principalmente, aqueles que o pensam como um bioma a ser preservado. As diferentes visões balizam-se nos paradigmas clássicos que alicerçam as diversas formas de conceber o progresso técnico e a relação homem-natureza (DUARTE e BRAGA, 1998).

Observa-se, entretanto, que ao retomar a trajetória das denúncias e do apelo à conscientização pública em relação às propostas de crescimento econômico sustentável por grupos interessados e atores sociais - universidades, ONGs ambientalistas, associações de bairros, profissionais liberais, órgãos governamentais, entre outros - os antigos problemas da região do Cerrado ganharam corpo como problemas ambientais e, dessa maneira, *visibilidade social* (DUARTE e BRAGA, 1998).

Neste quadro de referência, parece importante que, em países em desenvolvimento como o Brasil, onde os recursos naturais constituem-se em uma de suas principais fonte de riqueza, deve-se considerar a indiscutível importância da preservação do Cerrado. Percebe-se que orientar o processo de desenvolvimento é uma atividade complexa e a ação de tornar compatíveis os interesses presente e futuros da sociedade é tarefa de organizações socialmente responsáveis.

A partir da fundamentação teórica apresentada no capítulo anterior e neste, serão apresentados, no próximo capítulo, numa primeira parte, a caracterização da unidade de estudo. A segunda parte tratará dos procedimentos metodológicos e a terceira parte cuidará do estudo aprofundado do caso ITS na tentativa de responder ao problema de pesquisa por meio de um estudo exploratório.

4 O ESTUDO DE CASO: INSTITUTO DO TRÓPICO SUBÚMIDO

Este capítulo apresenta a caracterização da unidade de estudo, explicita os princípios ambientalistas que regem a atuação social da UCG (atendimento ao primeiro objetivo específico de pesquisa); trata da apresentação e da análise dos dados coletados, buscando o possível engajamento das principais ações do ITS com Indicadores da Responsabilidade Social Empresarial (forma de responder ao problema e ao objetivo geral deste estudo) e apresenta as considerações finais. Quanto à descrição das principais ações ambientalistas desenvolvidas pelo ITS (que atende ao segundo objetivo específico) se encontra no Apêndice A.

4.1 Caracterização do Instituto

O documento “Resenha da Constituição Apostólica sobre as Universidades Católicas” da UCG (1993. p.10-11-13-14), determina que as atuações de tais organizações devem

incluir o estudo dos graves problemas contemporâneos, como a dignidade da vida humana, a promoção da justiça para todos, a qualidade da vida pessoal e familiar, a proteção da natureza, (...) a repartição mais equânime das riquezas do mundo e uma nova ordem econômica e política, que sirva melhor a comunidade humana em nível nacional e internacional”. Especialmente, firma ainda que, “a investigação universitária será dirigida ao estudo em profundidade das raízes e as causas dos graves problemas do nosso tempo, reservando atenção especial às suas dimensões éticas (...)”. Do mesmo modo, (...) que a Universidade Católica deve estar voltada para a realidade local em favor do seu desenvolvimento, ou seja, no serviço à sociedade o interlocutor privilegiado será naturalmente o mundo acadêmico, cultural e científico da região em que atua. Nesse sentido, uma das formas de colaborar com o desenvolvimento regional é incentivar a compreensão entre as culturas e a defesa da natureza com uma consciência ecológica global e sistêmica. Enfim, a Universidade Católica deve buscar a integralização dos diversos campos do saber científico e a visão interdisciplinar (...) deve procurar responsabilizar-se junto aos demais segmentos sociais para a construção de um mundo mais humano e socialmente mais equilibrado.

Assim, expressou-se o compromisso social e ambiental das universidades católicas no mundo contemporâneo e, como parte do plano nacional de ação da Igreja, foi criada a Universidade Católica de Goiás, em 17 de outubro de 1959 (SOUZA, 2000).

Implantada no Planalto Central brasileiro, paisagem em que predomina o Sistema Biogeográfico dos Cerrados, a Universidade Católica de Goiás é uma organização

privada de utilidade pública – Decreto n. 74.729, de 4 de março de 1974, instituída, orientada e mantida pela Sociedade Goiana de Cultura (SGC).

A Sociedade Goiana de Cultura (SGC) foi criada pela Arquidiocese de Goiânia, em 1958, com base nas leis civis e canônicas, tem natureza católica, comunitária, filantrópica e de assistência social. Nesse âmbito, dedica-se à cultura, ao bem-estar social e ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente. Uma de suas finalidades expressa o compromisso de participar do processo de transformação da sociedade atual, contribuindo na formação de um tipo de homem com consciência crítica e responsabilidade social, agente de seu crescimento e do desenvolvimento da comunidade de que faz parte (Revista Comunidade & Cidadania, 2001).

Nesse contexto, cumpre salientar que, de acordo com o PDI (2001), a missão da UCG consiste em:

cultivar, produzir e preservar a formação integral e ética do ser humano, bem como ser referência regional e nacional na formação de profissionais comprometidos com a vida, com o progresso da sociedade e com o desenvolvimento regional, capazes de responder, adequadamente, aos complexos desafios da sociedade atual.

Nessa perspectiva, uma das formas de cumprir a sua missão passa pela explicitação de alguns princípios, extraídos dos seus documentos formais, que dão contorno às suas intenções no que diz respeito à atuação social e ambiental, declarando o seu compromisso com a sociedade em geral em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação social da natureza. Tais princípios se complementam no intuito de influenciar a conduta dos indivíduos, empresas, governos e organizações para um melhor desempenho ambiental da região dos cerrados e representa o atendimento ao primeiro objetivo específico da pesquisa. São eles:

- Implementar uma visão de ciências que considere o processo de civilização na perspectiva da relação harmoniosa homem/natureza. (PROJETO ACADÊMICO DA UCG: Processo em construção, 1994);
- Fomentar o desenvolvimento da região, através de atividades que levem à preservação do meio ambiente, multiplicação e difusão dos valores culturais, bem como a promoção e o desenvolvimento social, através de ações comunitárias educacionais... (PROPOSTA DE TRABALHO – triênio 1990-93);
- Participar da elaboração das políticas de desenvolvimento científico,

tecnológico, social e cultural, mediante cooperação local, regional, nacional e internacional. (PROJETO ACADÊMICO DA UCG: Processo em construção, 1994);

- Fortalecer as relações de parceria entre a UCG e os movimentos sociais, as organizações governamentais e não-governamentais. (PROJETO ACADÊMICO DA UCG: Processo em construção, 1994).

Nesse sentido, ao longo de sua história, a UCG vem se comprometendo com a sua integração na dinâmica da sociedade em que se insere por meio das três atividades fundamentais: a pesquisa, que atualiza o conhecimento e fornece subsídios para a inovação e a crítica transformadora; o ensino, que consolida a formação profissional; e a extensão, que socializa o conhecimento, apresentando sugestões e alternativas para a transformação social e se apresenta como um canal poderoso de aproximação com a população (UCG, 2000).

Em face dessa realidade, a UCG, consciente da sua responsabilidade social, vem adotando estratégias de ação e ampliando sua área de atuação para além de seus campus universitários. Percebe-se que, através das atividades de extensão, a UCG tem hoje um perfil que a distingue e a caracteriza como um centro de difusão cultural, de conhecimento e compromisso com a construção da identidade regional. Esse compromisso, cotidianamente assumido, transformou-se em tradição, gerou um acervo de conhecimentos culturais e científicos sobre o Centro-Oeste brasileiro e firmou-se como referência importante para quem queira investigar, planejar ou agir nesta região. Dessa forma, constitui-se como uma espécie de laboratório que a sociedade tem para testar experiências e promover novas perspectivas, projetos e propostas regionais diversas (UCG, 2000).

Nesse contexto, na busca de coerência entre o discurso e a prática de suas ações e sensível aos desafios associados ao fenômeno da degradação do bioma Cerrado, a Universidade Católica de Goiás criou em 1992, o Instituto do Trópico Subúmido (ITS), com o propósito de ser um centro de excelência para os estudos e ações em defesa do bioma Cerrado. Assim, como parte integrante da UCG, o Instituto do Trópico Subúmido é um órgão de natureza científica, pedagógica e de extensão, que foca exclusivamente o Sistema Biogeográfico dos Cerrados dos Chapadões Centrais do Brasil nos aspectos físico, biológico e cultural, dentro de um conceito globalizante de meio ambiente.

Trópico Subúmido é entendido como uma nomenclatura universal que designa

um domínio morfoclimático e biogeográfico situado na faixa tropical, cuja paisagem tem como característica mais marcante o predomínio de uma formação vegetal denominada regionalmente “cerrados” (savanas) com clima de caráter subúmido marcado por uma sazonalidade representada por duas estações definidas:: uma seca e outra chuvosa (PLANO DIRETOR, 1992).

As principais ações do ITS envolvem o resgate da história dos povos do Cerrado - das civilizações indígenas, dos caboclos e migrantes - e, em linhas gerais, estão estruturadas em quatro grandes áreas de atuação:

- Ciência e Tecnologia, que consiste na realização de pesquisas que visam a um conhecimento multidisciplinar, a um desenvolvimento tecnológico para aproveitamento dos recursos do Sistema Biogeográfico do Cerrado, ao controle da poluição e à reciclagem de detritos;
- Planejamento Ambiental e Organização do Espaço, que cuida do ordenamento espacial, da recuperação de áreas e obras degradadas, de estudos de impacto ambiental e planejamento urbano e ambiental;
- Desenvolvimento e Economia dos Cerrados, que trata de estudos regionais para subsidiar a articulação de projetos que visam ao conhecimento dos processos relacionados à organização do espaço econômico regional com os processos da economia mundial, o conhecimento dos processos de equilíbrio e desequilíbrio oriundos da concentração e/ou demanda populacional, viabilização de política de planejamento ambiental centrada nos conceitos de desenvolvimento sustentado e assessoria nas iniciativas empresariais voltadas para a preservação do Cerrado;
- Educação, que tem a finalidade de participar da revisão e elaboração de propostas curriculares; de realizar de estágios, cursos de extensão, e eventos (palestras, simpósios, seminários e congressos que contemplem as perspectivas ambientalistas para a formação de futuros profissionais comprometidos com a valorização e a defesa do Cerrado) e de articular projetos educativos em nível de extensão para a implementação da educação ambiental, estabelecendo diretrizes para organizar e implantar um conjunto de exposições de caráter educativo e cultural.

Além dessas áreas de atuação, o ITS mantém ainda dois programas de características peculiares: o Programa Editorial de produção de papéis periódicos, avulsos, vídeos, documentos sonoros e outros, que se constituem em um canal de

disseminação de suas informações; e o Programa de Estações, Parques, Reservas Ecológicas e Áreas de Preservação Ambiental dedicados à implantação e coordenação de Estações Ciências, bem como ao encaminhamento de propostas aos órgãos competentes para a implantação de Parques e Reservas Ecológicas e Áreas de Preservação Ambiental em espaços urbanos e rurais.

Contudo, é na Estação Ciência, entendida como uma unidade física estrategicamente situada do ponto de vista da prática científica e educativa, que se desenvolvem ações de experimentação, preservação, recuperação e educação ambiental, através de pesquisas integradas e multidisciplinares.

Quadro 3: Estrutura de funcionamento da Estação Ciência São José

Centros por Área de Conhecimento	Finalidade
Humanismo e Educação	Congregar núcleos e ações na área de ciência humanas e atividades educativas diretamente relacionadas com os cursos de História, Pedagogia, Geografia, Biologia, Museologia, Antropologia e outros.
Arqueologia	Desenvolver projetos de pesquisa na área de Arqueologia Pré-histórica e Histórica da região do Cerrado
Folclore e História Cultural	Registrar e salvaguardar os valores culturais da região do cerrado;
História Natural	Agregar núcleos e ações na área da História Natural direcionando os projetos para os temas vinculados ao conhecimento do bioma cerrado;
Fitotecnia	Congregar núcleos e ações com o objetivo de aprofundar conhecimentos e desenvolver tecnologias associadas aos aspectos científicos, econômicos e preservacionistas da flora dos cerrados;
Zootecnia	Congregar núcleos e ações com o objetivo de aprofundar conhecimentos e desenvolver tecnologias associadas aos aspectos científicos, econômicos e preservacionistas da fauna dos cerrados;
Paisagismo	Congregar núcleos e ações na área de paisagismo com ênfase nos elementos nativos;
Planejamento Ambiental e Organização do Espaço	Desenvolver estudos e prestação de serviços na área de meteorologia, topo, macro e micro climatologia do Sistema Biogeográfico dos Cerrados; monitoramento das modificações ambientais e agentes ecológicos através de imagens aéreas; estudos de Cartografia, gestão e manejo ambiental, bem como tratamento e reciclagem de detritos;
Saúde e Meio ambiente	Desenvolver estudos enfatizando as relações saúde/meio ambiente, buscando o desenvolvimento de tecnologias para controle da poluição e estudando os efeitos desta no organismo humano;
Tecnologia e Indústria	Desenvolver tecnologias apropriadas e organização de Parques Industriais centrados nos recursos nativos do cerrado;
Documentação e Arquivo	Congregar arquivos e documentos dos diferentes centros.

Portanto, as estratégias operacionais do ITS se desenvolvem através do Programa para Implantação de Estações Ciência, Parques, Reservas Ecológicas e Áreas de Preservação Ambiental. Como a Estação Ciência São José constitui-se na unidade que dá suporte científico, didático e administrativo às diversas ações do Instituto, privilegiou-se destacar a sua estrutura de funcionamento, que é composta

de centros organizados por áreas de conhecimento que se subdividem em núcleos de interesses caracterizados por um conjunto de atividades específicas vinculadas direta ou indiretamente aos programas e projetos mais abrangentes (Quadro 3).

4.2 Tipo de Pesquisa

O método científico pode ser entendido como um caminho da ciência para chegar a um objetivo, enquanto a metodologia consiste nos procedimentos e regras utilizados por determinado método (Richardson, 1999). Para Gil (1995, p.27, “método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Ampliando esse entendimento, outros autores concebem que o método científico é um conjunto de passos claramente definidos para obtenção de um conhecimento (SELTZI *et al apud* CAMPOMAR, 1991)

Como dito anteriormente, o conceito de responsabilidade social comporta significados diferentes em contextos diversos. A sua aplicabilidade exige, assim, uma pesquisa mais aberta e adequada ao tratamento de conceitos pouco consolidados. Essa seria a forma de se compreender e analisar, sem testar hipóteses, como os indicadores da responsabilidade social se relacionam com a dinâmica da unidade pesquisada.

Por conseguinte, segundo Selltiz (1975, p.59), quando o objetivo da pesquisa visa “familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão deste, freqüentemente, para poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses”, tem-se que o estudo é “formulador ou exploratório”, e o seu planejamento da pesquisa carece de uma certa flexibilidade, de forma a permitir observações de muitos aspectos diferentes de um fenômeno.

O estudo é denominado descritivo quando busca “apresentar precisamente as características de uma situação, um grupo ou um indivíduo específico” e “verificar a freqüência com que algo ocorre ou com o que está ligado a alguma coisa” (SELLTIZ *et. al.*, 1975, p.59).

Observa-se que a maioria dos estudiosos do assunto classifica, academicamente, os trabalhos de pesquisa em Administração como estudos exploratórios e causais ainda que se percebam várias críticas e superposições. No entanto, esse entendimento contribui para a definição das estratégias utilizadas para

se fazer uma pesquisa. De modo geral, tais estudos visam à construção de teorias ou modelos que expliquem uma situação prática (EISENHART, 1989, apud CAPOMAR, 1991).

Assim, este trabalho situa-se como uma pesquisa social empírica, de natureza descritiva, classificada como exploratória, tendo por base a abordagem qualitativa.

O método científico da pesquisa social empírica admite que se faça levantamento, observação e experimento, possibilitando conhecimento sobre opiniões, atitudes, crenças e percepções dos indivíduos, sejam eles participantes ou não de um processo.

A pesquisa descritiva considera certas formas de estudos como estudos exploratórios, estudos descritivos, pesquisa de opinião e experimentos entre outros (TRIVIÑOS, 1987)

Na abordagem qualitativa, não há medidas, as inferências possíveis não seguem a rigidez estatística e busca-se fazer análises em profundidade, obtendo-se até percepções dos elementos investigados sobre os eventos de interesse (CAMPOMAR, 1991).

O método da pesquisa foi o estudo de caso simples sendo que, dentre as várias formas de uso de estudo de casos, segundo Campomar (1991. p.96), a definição de Yin (1990) parece ser a mais apropriada. O estudo de caso é uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro de seu contexto de vida real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são usadas.

Merecem destaque as principais vantagens da utilização do método do estudo de caso apontadas por Gil (1995): estímulo a novas descobertas; quando o planejamento do estudo é flexível, no decorrer do processo, o pesquisador fica atento a novas descobertas; ênfase na totalidade. O pesquisador valoriza as múltiplas dimensões de um problema, analisando-o no todo; simplicidade dos procedimentos. A coleta e análise dos dados empregados no estudo de caso, se comparados com outros tipos de delineamento, são bastante simples.

4.3 Coleta de dados

Os dados coletados foram predominantemente descritivos e a análise dos mesmos seguiram um processo indutivo. Os dados utilizados na presente pesquisa

são de fontes secundárias – obtidos através de pesquisas bibliográficas como: revistas, artigos vinculados em periódicos especializados, dados disponíveis na internet, bem como documentos de comunicação de massa - revistas especializadas, jornais de ampla circulação, relatórios, catálogos, informativos, entre outros que direta ou indiretamente continham informações sobre a atuação ambiental do ITS mediante análise documental. Utilizou-se ainda de dados oriundos de fontes primárias – advindos de observações livres e visitas ao referido Instituto.

4.4 Apresentação e Análise dos Resultados

Após a coleta de dados procedeu-se a análise das principais ações do ITS voltadas para o conhecimento e preservação do Cerrado, através da leitura do material (dados secundários) associada aos dados primários enfatizados anteriormente, que consistiram no Apêndice A - Levantamento das principais ações do Instituto do Trópico Subúmido.

Em seguida, por motivos ligados ao foco central desta pesquisa, que é o meio ambiente, optou-se pela construção de uma modelagem de análise correlacionada com a metodologia Ethos. Cumpre lembrar que, como foi citado anteriormente, no capítulo 2, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial é um instrumento de acompanhamento e monitoramento das práticas de responsabilidade social das empresas, baseado em um questionário de avaliação que abrange sete temas - valores e transparências; público Interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores; comunidade; e governo e sociedade - e que possibilita a detecção do grau de efetivação da RSE – Responsabilidade Social Empresarial em suas atividades e a realização de auto-avaliação para as empresas.

Nessa metodologia, as práticas de responsabilidade social são avaliadas pela sua abrangência e profundidade, sendo que a abrangência é verificada pelos sete temas e a profundidade obtida em cada um dos indicadores e seus pré-requisitos.

No entanto, na perspectiva deste trabalho, a fim de se obter um parâmetro comum e objetivo, optou-se por destacar somente dois indicadores relativos ao tema do meio ambiente, que foram estudados mediante a análise de seus conteúdos:

- Responsabilidade frente às gerações futuras;
- Gerenciamento do impacto ambiental.

Os demais indicadores foram desconsiderados por não serem relevantes para a pesquisa.

A partir do ângulo dos respectivos itens de análise, foram examinadas as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto do Trópico Subúmido, no período de 1992 a 2001, que se encontram apresentadas no Apêndice A, visando selecionar os pontos básicos de convergências que permitiram algumas conclusões e inferências em resposta ao problema e objetivo de pesquisa. Pelo Quadro 4 pode-se observar os itens selecionados.

Quadro 4: Dimensões de análise da responsabilidade social da UCG/ITS

Indicadores de análise	Itens de análise
Responsabilidade frente às gerações futuras (comprometimento com a preservação do Cerrado)	<ul style="list-style-type: none"> • educação ambiental visando contribuir para a conscientização do público em geral quanto aos desafios ambientais decorrentes da atividade humana e procurando inculcar valores de responsabilidade ambiental; • incorporação da ética nos negócios e comprometimento com os princípios da RSE na missão social e princípios ambientalistas da organização para posterior aplicação prática; • contribuição para a preservação do Cerrado através de projetos de conservação de áreas protegidas e/ou programas de proteção a animais ameaçados; • outras atividades de extensão; • relações transparentes de parceria com governo, sociedade, associações, fóruns empresariais, ONGs e outros; • participação em comitês/conselhos locais ou regionais para discutir a questão ambiental do Cerrado junto ao governo e à comunidade; • relacionamento ético e dinâmico com os órgãos de fiscalização ambiental com vistas à melhoria do sistema de proteção e preservação do Cerrado;
Gerenciamento do Impacto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • realização de pesquisas científicas e tecnológicas visando o conhecimento e aproveitamento racional dos recursos naturais do Cerrado. • Informações detalhadas sobre danos ambientais resultantes da ação antrópica disseminando outras práticas positivas e conhecimentos adquiridos e intenções de proteção e preservação do Cerrado. • Participação nas discussões dos problemas ambientais e do encaminhamento de soluções em nível governamental; • Desenvolvimento de estudos e análises de impacto ambiental, inclusive planejamento da rede urbana e paisagismo; • Desenvolvimento programas de controle da poluição e reciclagem de detritos; • Articulação de projetos de melhoria ambiental que visam a recuperação de áreas e obras degradadas; • Assessoria às iniciativas empresariais que visam prevenir e reduzir danos ambientais em áreas do Sistema Biogeográfico do Cerrado.

Fonte: Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial, 2002.

Os dados, inicialmente foram descritos e analisados com a finalidade de proporcionar uma estrutura analítica para se verificar o possível engajamento dos

indicadores da responsabilidade social com as principais ações ambientalistas desenvolvidas pelo referido Instituto e posteriormente, fez-se a interpretação de tais dados visando responder ao problema de pesquisa para alcançar o seu objetivo geral, balizando-se nos pressupostos de trabalho assumidos anteriormente, no capítulo 1.

Salienta-se que os dados e informações obtidos ao longo do estudo foram agrupados por critério de convergência com os indicadores sugeridos pelo Instituto Ethos (2002): Responsabilidade Frente às Gerações Futuras; e Gerenciamento do Impacto Ambiental, ainda, tomando-se por base o arcabouço teórico que fundamentou esta pesquisa.

a. Responsabilidade Frente às Gerações Futuras

A responsabilidade social das organizações frente às gerações futuras ganha referenciais na concepção do desenvolvimento sustentável. Como dito anteriormente, no capítulo dois, o documento Nosso Futuro Comum, segundo Mendes (*in* Cavalcanti, 1998, p.55) destacou a interligação entre economia, tecnologia e o ambiente natural ao definir que desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”. Percebe-se que o seu conteúdo incorpora a ética dos negócios, contempla tanto a responsabilidade social entre gerações quanto entre os diversos segmentos da sociedade contemporânea: governo, sociedade, instituições de ensino superior, empresas, organizações não governamentais, dentre outras.

Assim, a análise dessa dimensão demonstrou até que ponto as ações desenvolvidas pelo ITS (Apêndice A), se correlacionam com os itens de análise correspondentes à responsabilidade frente às gerações futuras.

- Educação ambiental visando contribuir para a conscientização do público em geral quanto aos desafios ambientais decorrentes da atividade humana e procurando incutir valores de responsabilidade ambiental

O ITS concebe a importância do contexto sociocultural do qual faz parte e, nesse sentido, preocupou-se até a presente data, em realizar vários eventos e/ou

comemorações alusivos a datas importantes relacionadas ao folclore regional, que possibilitaram o resgate da cultura popular do cerrado e o treinamento contínuo de educação ambiental para os participantes, envolvendo pessoas das comunidades regionais detentoras do saber informal, que foram perdendo espaço com o avanço da tecnologia, colocando à disposição delas as competências do Instituto. Assim, ao longo de sua trajetória, promoveu a Semana do Folclore, o Encontro de Parteiras, Benzedeiras e Raizeiras do Cerrado, a Festa do Pequi, o Dia dos Santos Reis, a Semana da Árvore e o Dia do Índio;

A realização de diversos Encontros Regionais, como pode ser verificado, deu suporte à criação de órgãos de representação municipal para as práticas de educação ambiental que contribuem para a formação de uma consciência ecológica que proporciona a defesa do Cerrado;

Um outro caminho para a prática de educação ambiental foi demonstrado pelo ITS com a sua participação efetiva no Projeto de Educação Ambiental do Parque Recreativo Mutirama, envolvendo alunos de 1º e 2º graus; elaborou Projetos de Revegetação com espécies nativas em área livres de escolas municipais;

O ITS implantou o Projeto Condomínio Aldeia do Vale do Vale, que privilegiou ações de educação ambiental direcionadas para os seus moradores;

Com a finalidade de incentivar a prática permanente de educação ambiental, na Estação Ciência São José, sede principal do ITS, encontra-se um espaço específico com locais destinados a oficinas, exercícios de leituras e recreação, que é utilizado diariamente pelo público em geral, principalmente por alunos visitantes de 1º e 2º graus de diversas escolas municipais e estaduais;

Como parte de um complexo cultural da Estação Ciência, encontra-se o Memorial do Cerrado Pe. Pereira, que se caracteriza como um museu dinâmico-interativo, com seus cenários culturais; que conta a história evolutiva que hoje corresponde à região do Cerrado desde as suas origens até o início da colonização portuguesa; que constitui um importante centro científico, cultural e educativo. Tem sido visitado pelo público em geral, incluindo políticos, pesquisadores de diversos países, reitores de várias Universidades da América Latina, professores, turistas, artistas, cineastas e milhares de estudantes de todos os níveis escolares;

Complementa esse complexo cultural e educativo, a Vila Cenográfica, reconstituída por representações que contam a história da ocupação portuguesa no interior do Brasil com seus espaços urbanos e rurais e uma Aldeia Indígena

destinada à abordagem etnográfica dos índios da região, especialmente, da tribo caiapó.

- Incorporação da ética nos negócios e comprometimento com os princípios da RSE na missão social e princípios ambientalistas da organização para posterior aplicação prática

Pode-se observar que a UCG demonstrou ter incorporado os conceitos de responsabilidade social frente às gerações futuras, no tocante à preservação do Cerrado, ao declarar a sua missão e estabelecer os seus princípios ambientalistas, que se encontram no tópico da caracterização do Instituto. Há de se considerar, portanto, que quando a UCG assumiu em público o compromisso de ser responsável socialmente, abraçando a causa da preservação do Cerrado, ela atribuiu a si um compromisso de longo prazo, e não simplesmente se limitou a desenvolver determinado projeto, longe da atenção da sociedade que a cerca. Neste ponto, cabe comentar que foram contemplados, respectivamente, um dos pressupostos (o compromisso de ser socialmente responsável encontra-se explicitado nos documentos formais e na missão da organização para posterior aplicação prática) e um dos objetivos específicos (identificar quais são os princípios ambientalistas que regem a atuação social da UCG através de documentação disponível) desta pesquisa.

- Contribuição para a preservação do Cerrado através de projetos de conservação de áreas protegidas e/ou programas de proteção a animais ameaçados

Constata-se a sua participação efetiva na implementação do Projeto Lobo Guará de Preservação Animal, assumindo, inclusive, a recuperação da fauna no Parque Ecológico de Goiânia.

Integrando o “Projeto Meio ambiente Adote uma Bacia”, a UCG/ITS adotou cinco rios, sendo quatro de Goiás (Córrego Capim Puba, Córrego Carapina, Ribeirão das Abóboras e Córrego Rioverdinho), bem como o Rio das Águas em Corretina-BA. Tal projeto promove uma maior conscientização ecológica quanto a importância de se conservar e recuperar os córregos e rios da região como forma de garantir o abastecimento de água.

- Outras atividades de extensão

Entendidas como ações que, apesar de promoverem o conhecimento e a preservação do Cerrado, devido ao nível de abrangência, não se enquadram diretamente nos demais itens - tem-se que o ITS demonstrou a sua atuação científica dentro de um conceito global de meio ambiente ao ministrar Conferência sobre o Fogo como Agente Ecológico, na Universidade de Coimbra - Portugal, como parte de programação do 7º Encontro Português sobre Riscos Ambientais; tem-se ainda a implantação da Estação Ciência São José, citada anteriormente, que dá suporte técnico, científico e administrativo às diversas atividades do Instituto, destacando-se a implantação de viveiro nativo; complexo de laboratórios que produzem alimentos extraídos dos recursos naturais do cerrado; laboratório de farmácia, que produz fármacos e outros produtos baseados na flora do cerrado; laboratório de zoologia; banco de sementes e germoplasma e meliponário, dentre outros.

- Relações transparentes de parceria com governo, sociedade, associações, fóruns empresarias, ONGs e outros

O ITS participou tanto do Encontro Preparatório para a ECO-92 que visou à preparação de temas relacionados à questão do Cerrado até à sua efetiva participação na citada Conferência, objetivando a sua inclusão como Patrimônio Nacional;

Participou também da Primeira Reunião Especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, especialmente realizada para discutir o bioma Cerrado, que, além de ter colocado a questão do Cerrado nas agendas oficiais e organizações ambientais, representou o ponto de partida para uma mobilização, em nível nacional, em defesa de sua inclusão no texto da Constituição Federal como forma de garantir a sua preservação;

Desde 1995, tem participado anualmente do Simpósio Ambientalista Brasileiro no Cerrado que mobiliza entidades ambientalistas governamentais e não governamentais e articula ações concretas em defesa do Cerrado a cada ano.

Como dito anteriormente, ITS organizou vários Encontros Regionais para discutir as questões ambientais do Cerrado que resultaram na criação de vários Conselhos

Municipais do Meio Ambiente.

Implantou o Programa Extremo Sudoeste Goiano - direcionado especialmente para os municípios de Jataí, Mineiros e Serranópolis, consiste em ações delineadas por convênios entre a UCG e a Prefeitura Municipal de Serranópolis, o Museu Histórico de Jataí e a Fundação Integrada de Ensino Superior de Mineiros – FIMES. Tais municípios foram beneficiados com a montagem de Museus e Estações Ciência, destacando-se ainda o subsídio a iniciativas empresariais no campo do ecoturismo em convênio com proprietário rural do município de Serranópolis;

Corroboram para o atendimento deste item as ações realizadas no município de Correntina-BA, como parte do Plano de Desenvolvimento Regional para o Oeste da Bahia vinculado ao processo de interiorização da UCG, que consistiram na elaboração do Projeto de Arborização Urbana para o referido município, a implantação de Estação Ciência dos Sete Galhos, a implantação da reserva da Biosfera do Alegre e a implantação do Museu Municipal de História Natural “Raimundo Sales-2000”.

Estima-se que durante o período pesquisado (1992 a 2001), o ITS atendeu cerca de 12.184 pessoas da comunidade, que puderam participar de palestras, cursos e orientações diversas e se beneficiaram de consultorias e pareceres técnicos.

- Participação em comitês/conselhos locais ou regionais para discutir a questão ambiental do Cerrado junto ao governo e à comunidade

A dinâmica do ITS demonstra a sua efetiva participação em amplas discussões, em nível regional e nacional, para a elaboração de políticas ambientais direcionados para o bioma Cerrado, como integrante dos Conselhos Estadual e Municipal do Meio Ambiente, bem como do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Meio Ambiente, cuja atuação correspondem diretamente ao item da participação em comitês/conselhos locais ou regionais para discutir a questão ambiental do Cerrado junto ao governo e à comunidade.

- Relacionamento ético e dinâmico com os órgãos de fiscalização ambiental com vistas à melhoria do sistema de proteção e preservação do Cerrado

Entende-se que este item foi atendido com a participação na elaboração da Lei

Florestal do Estado de Goiás, evidenciando a sua parceria na implementação de várias ações em defesa do Cerrado, o que contribui, principalmente, para mudança de atitudes dos agricultores.

b. Gerenciamento do impacto ambiental

A análise dos contornos deste indicador, nesta pesquisa, se fundamenta no entendimento de que o ser humano tem um impacto devastador sobre os ecossistemas do planeta, e, por isso, a cultura da responsabilidade social se preocupa com o gerenciamento, de modo racional, dos recursos naturais; e, de certa forma, também não deixa de ter confluência com a idéia motriz do desenvolvimento sustentável. De outro modo, isto é demonstrado no Capítulo 2, por Mendes (in Cavalcanti, 1998, p.56), quando este afirma que “[...] qualquer empresa consome a natureza, não a sustenta: atenta contra ela em maior ou menor grau”, mas, se a natureza for destruída, “já não poderá ser construída a empresa do homem”.

Nesse sentido, retomando-se os fundamentos da abordagem da gestão ecocêntrica referenciada no Capítulo 2 por Ashley (2002), esse indicador se mostra relevante para a análise das práticas de responsabilidade social da UCG relacionada com as ações humanas que tenham impacto sobre o Cerrado. Mas o que é impacto ambiental?

é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais” (CONAMA, 1986, Art. 1.º).

Complementando o entendimento, impacto ambiental ainda pode ser visto como parte de uma relação de causa e efeito. Do ponto de vista analítico, o impacto ambiental pode ser considerado como a diferença entre as condições ambientais que existiriam com a implantação de um projeto proposto e as condições ambientais que existiriam sem essa ação (BERNA, 2002).

Nessa perspectiva, esta pesquisa procurou demonstrar as práticas de responsabilidade social da UCG/Instituto do Trópico Subúmido, no que concerne às ações de minimização dos impactos ambientais causados pelas ações antrópicas no

bioma Cerrado, mediante os itens selecionados.

- Realização de pesquisas científicas e tecnológicas visando o conhecimento e aproveitamento racional dos recursos naturais do Cerrado

O ITS realizou pesquisas que tiveram os seguintes resultados:

- a descoberta de esqueleto de 10 mil anos em Serranópolis-Go, que foi reconhecido pela comunidade científica como o mais antigo do Brasil, demonstrando a ocupação do Cerrado há 550 gerações;
 - a descoberta de fósseis raros no município de Tupiratins-TO, que foram suficientes para caracterizar o ciclo vital ou alternância de ambientes ocorrida durante o período Permiano; segundo pesquisadores do ITS, até então, os raros materiais similares não permitiam tal conclusão.
 - a realização do levantamento do potencial arqueológico e ambiental do Parque Nacional de Brasília, verificando-se a inexistência de sítio arqueológico no referido parque;
 - a realização do levantamento do potencial arqueológico e paleontológico em Quirinópolis-Go, concluindo-se pela existência de vários sítios arqueológicos que sugeriram a montagem de um museu.
- Informações detalhadas sobre danos ambientais resultantes da ação antrópica disseminando outras práticas positivas e conhecimentos adquiridos e intenções de proteção e preservação do Cerrado

O ITS coordenou o Seminário de Defesa e Preservação do Meio Ambiente, no município de Caribe-BA, em 2000, com o objetivo de discutir questões relativas à Bacia do Rio São Francisco. Essa iniciativa decorreu de uma edição do Programa Globo Rural que mostrou a questão da água na referida bacia. O Seminário envolveu instituições como a Igreja Católica, Igreja Batista, Sindicatos, Associações, Grupos Culturais, ONGs e lideranças políticas.

- Participação nas discussões dos problemas ambientais e do encaminhamento de soluções em nível governamental

O ITS organizou vários encontros em nível regional, destacando-se:

- o Encontro Regional de Aruanã-Go, que enfocou, principalmente, as questões da Hidrovia Rio Araguaia e seus efeitos ambientais, tendo inclusive provocado a instalação do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente naquela cidade;
 - o Encontro Regional de Jataí-Go, que centrou nas questões referentes ao desenvolvimento agrícola regional e os impactos ambientais no município, promovendo a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
 - o Encontro Regional de Ceres-Go, que abordou temas relacionados com a questão da água, saúde e meio ambiente e que também viabilizou a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente;
 - o Encontro Regional de Anápolis-Go que abordou, exclusivamente, a questão da água no Cerrado, provocando mudanças significativas nas políticas empresariais;
 - o Encontro Regional de Catalão-Go, que discutiu temas relacionados com a caracterização, ocupação e a questão ambiental e os recursos hídricos do Cerrado, envolvendo os candidatos a Prefeito visando à implementação de uma política de gestão ambiental no município, tendo como resultado imediato a criação de um Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
 - o Encontro Regional de Alto Paraíso-Go, que tratou de temas referentes ao ecoturismo e desenvolvimento sustentável, a questão da água, poluição e reformulação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Meio Ambiente – CONDEMA. Ressaltou-se a realização de um debate entre os candidatos a Prefeito para discutir o futuro ambiental do município.
- Desenvolvimento de estudos e análises de impacto ambiental, inclusive planejamento da rede urbana e paisagismo

A pesquisa identificou como atividades relacionadas a este item, a implantação do Projeto Aldeia do Vale, o qual, além de promover a educação ambiental, como citado anteriormente, proporcionou a recuperação de parte do Vale através do plantio de mudas nativas, do retorno da fauna e paisagismo da área, como resultado de estudos e análises de impacto ambiental.

Foi evidenciada a participação efetiva do ITS dos estudos e implantação do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Enriquecimento Vegetacional no

entorno do Depósito dos Rejeitos Radioativos do Césio-137, no município de Abadia de Goiânia, em atendimento às exigências legais. De repercussão mundial, essas ações buscaram garantir o retorno da vegetação nativa primária a fim de proporcionar a estabilização ambiental, protegendo e aumentando o valor biótico do solo, impossibilitando a formação de processos erosivos e lixiviação.

- Desenvolvimento de programas de controle da poluição e reciclagem de detritos

Registrou-se a participação do ITS no Projeto de Implantação da usina de tratamento de lixo, pioneira no Estado de Goiás, dentro de um programa de controle da poluição e reciclagem de detritos, cuja atividade atende ao item de análise relacionado com o desenvolvimento de programas de controle da poluição e reciclagem de detritos.

- Articulação de projetos de melhoria ambiental que visam a recuperação de áreas e obras degradadas

No que se refere ao item que trata da articulação de projetos de melhoria ambiental que visam à recuperação de áreas e obras degradadas, identificaram-se as seguintes ações:

- O ITS participou do Projeto de Revegetação do Parque Areião desde 1998;
 - da elaboração do Projeto de Arborização e Recuperação do Córrego Vaca Brava na área do Goiânia Shopping;
 - do Projeto de Recuperação e Organização do Espaço do complexo Serra Grande, em Crixás-Go direcionado para formadores de opinião, como prefeitos, empresários, acadêmicos, ONGs e outros;
 - da implantação do Projeto Parque Ecológico de Goiânia em convênio com o Governo do Estado de Goiás, destacando-se como uma das principais obras de recuperação de área degradadas por fatores antrópicos;
 - da implantação do Projeto de Reflorestamento de Área Degradada na Rodovia BR-060/153 no sentido Goiânia - Anápolis, a 15km de Goiânia.
- Assessoria às iniciativas empresariais que visam prevenir e reduzir danos ambientais em áreas do Sistema Biogeográfico do Cerrado.

Relacionada a este item, destaca-se a atuação do ITS na elaboração da Proposta de Viveiristas Associados, que consistiu em projetos ambientalistas de recuperação de áreas degradadas, pela iniciativa empresarial, que impulsionou a formação de várias empresas de reflorestamento e viveiros em Goiás, entre elas a Conflora.

Pelo exposto, a pesquisa apontou os seguintes resultados:

- Além da constatação quanto ao engajamento das ações ambientalistas do ITS com os indicadores de análise da responsabilidade social utilizados, a pesquisa revelou que o referido Instituto é um importante elo de ligação entre a UCG e seus *Stakeholders* – governo, organizações governamentais e não-governamentais, sociedade civil, comunidade, empresários, alunos e outros. A sua rede de relações sociais e políticas capta os movimentos sociais e ambientais, os valores culturais da região do Cerrado, divulga a atuação da UCG e realiza a retroalimentação de conhecimento e informações que afetam o seu desempenho e a sua imagem. Isso demonstra que a UCG, através do ITS, promove a sua inserção num quadro de referência regional, nacional e internacional, notadamente, nos aspectos sociais e ambientais.
- A incorporação de responsabilidade social da UCG foi demonstrada tendo como base de sustentação operacional, o oferecimento do potencial do ITS para pesquisa científica e educação ambiental, constituindo-se na sua principal linha de atuação. Assim, seus programas e projetos se desdobram nas diversas áreas de atuação, anteriormente citadas, e proporcionam a disseminação de técnicas e práticas de controle ambiental para o aprimoramento dos meios e processos produtivos, bem como a formação de uma consciência ecológica em defesa do Cerrado;
- Uma característica marcante de sua atuação é o estabelecimento de diálogo entre conhecimentos acadêmicos e os saberes populares numa visão de sustentabilidade econômica, social e ambiental, para resolver problemas relacionados com a questão do Cerrado;
- A análise crítica dos resultados obtidos, pressupõe a existência de pontos ainda passíveis de melhorias. Desdobra-se, nesse contexto, a falta de ações e práticas de educação ambiental mais significativas, direcionadas para o público interno (corpo discente, corpo docente e funcionários técnico-

administrativos) que, certamente demanda a necessidade de melhoria e inovação dos seus processos e condições operacionais.

4.5 Considerações Finais

Sob a ótica da proposta metodológica desta pesquisa, cumpre reiterar que, a partir da descrição qualitativa das principais atividades do ITS foi possível constatar uma estreita relação de tais atividades com os indicadores de análise desta pesquisa, dando conta do evidente engajamento de suas ações com os preceitos da responsabilidade social.

No referencial teórico que embasou esta pesquisa, ficou evidente que o meio ambiente é um dos vetores que direciona a responsabilidade social. Por outro lado, foi amplamente demonstrado, que a responsabilidade social faz parte dos valores, crenças e convicções da UCG, expressados nas suas diretrizes, nos seus documentos oficiais, especialmente na sua missão e princípios ambientalistas. É fácil perceber, portanto, que a internalização desse sistema de valores contribuiu para a criação do ITS.

Some-se a isso a importância das circunstâncias contextuais que acabam influenciando o comportamento das organizações. Nesse sentido, em uma análise mais atenta, é interessante salientar que a explicitação dos princípios ambientalistas da UCG (1990 a 1994), bem como a criação do ITS (em 1992) ocorreram em um contexto muito peculiar marcado pelo fenômeno da globalização e a realização da ECO-92. Constatou-se, portanto, que tais fatos influenciaram a atuação da UCG no campo social e ambiental, corroborando para o entendimento, de Maimon (1998), demonstrado no Capítulo 2, em que afirma que, após a consolidação do aparato institucional e legal da política ambiental brasileira nos anos 80, provocada por pressões ecológicas externas, a partir de 1991, verificaram-se mudanças significativas nos rumos do ambientalismo brasileiro - desde então, as organizações brasileiras passaram a admitir gradualmente as suas responsabilidades ambientais.

Nesse contexto, ressaltou-se a mobilização social para a preparação e realização da conferência da ONU sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro, em 1992 que envolveu, principalmente, a classe empresarial brasileira em diferentes fóruns de debates ligados ao cenário internacional. Desta forma, foi atendido o objetivo específico de verificar se as ações ambientalistas desenvolvidas

pelo ITS estão em conformidade com o compromisso social da UCG à luz de indicadores da responsabilidade social propostos pelo Instituto Ethos.

Em síntese, a UCG formulou uma estratégia ambiental através do ITS com o objetivo de preservar o Cerrado e de conservar a biodiversidade global. Resultados positivos puderam ser detectados, e outros só com o tempo serão mensurados. Ao se considerar que o Cerrado é uma fonte de suprimento vital e herança coletiva que deve contar com o compromisso de todos por sua preservação para as futuras gerações, é necessário buscar continuamente as formas de construir uma relação harmoniosa com a natureza, especialmente com este bioma.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

5.1 Conclusões

Entre os conceitos emergentes o da Responsabilidade Social das Organizações tem sido considerado como um sinal de demarcação do mundo contemporâneo.

As empresas são organismos vivos, que, ao longo do tempo, assimilam estratégias de mudanças para se adaptarem às novas realidades e garantirem sua sobrevivência.

Nesse aspecto, o engajamento de uma organização do setor de ensino superior aos indicadores da Responsabilidade Social Empresarial mereceu atenção especial nesta pesquisa. Para tanto, analisou-se empiricamente – à luz dos indicadores da responsabilidade social propostos pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2002), o modo como a Universidade Católica de Goiás (UCG) está exercendo, através do Instituto do Trópico Subúmido (ITS), a sua responsabilidade social na dimensão ambiental.

Dessa forma, pode-se concluir que os resultados da pesquisa evidenciaram o engajamento das ações ambientalistas da UCG/ITS com os indicadores da responsabilidade social na dimensão ambiental.

Tais indicadores reforçam melhor as correlações existentes entre a atuação social da UCG no que concerne à preservação do Cerrado em sua amplitude e determinam que a mesma está caminhando para um posicionamento cada vez mais positivo neste sentido.

A concepção dinâmica do processo de incorporação da responsabilidade social, porém, não permite conferir a UCG o atributo da legitimação de sua atuação social, visto que ela não se esgota – sempre há algo a ser feito para se dar maior consistência e riqueza à relação do discurso com a prática.

Não obstante, os resultados desta pesquisa sustentam os pressupostos assumidos quais sejam:

- A responsabilidade social das instituições superiores não se apóia na mesma lógica das empresas privadas;

- O compromisso de ser socialmente responsável encontra-se explicitado nos documentos formais e na missão da organização para posterior aplicação prática;
- O engajamento da RS se dá pela adoção dos indicadores que integram as iniciativas e prática cotidiana do ITS;
- As ações do ITS são capazes de legitimar a atuação social da UCG no que concerne à preservação do Cerrado.

Diante dessas constatações conclui-se que o comportamento das organizações é afetado pelas circunstâncias contextuais. Pode-se citar que o fenômeno da globalização e a mobilização social, bem como, para a preparação e realização da conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro, em 1992 motivou a Universidade Católica de Goiás a criar o Instituto do Trópico Subúmido com o propósito de contribuir para a preservação do Cerrado e de conservar a biodiversidade global, bem como a explicitar seus ambientalistas.

É importante lembrar que, embora a UCG tenha explicitado os seus princípios ambientalistas, pode-se observar que o compromisso com a questão ambiental é ainda relativamente recente, não atingindo 15 anos de existência e, por isto, não resultando em alterações substanciais em sua estrutura organizacional. No entanto, a sua internalização organizacional, enquanto um processo administrativo, vem sendo evolutivamente intensificado desde a década de 90.

O presente trabalho, ainda, revela a existência de pontos passíveis de melhorias no que diz respeito às ações de educação ambiental dirigidas para o público interno (corpo discente, corpo docente e funcionários técnico-administrativo).

Assim, salienta-se que a reorientação das atividades acadêmicas e da pesquisa científica que leva à construção de uma racionalidade ambiental implica a incorporação do saber ambiental emergente nos paradigmas teóricos, nas práticas disciplinares de pesquisa e nos conteúdos curriculares dos programas educacionais. Essa realidade permite inferir que este saber ambiental se concretiza em contextos sociais, geográficos e culturais particulares e encontra condições desiguais de assimilação nas diferentes disciplinas das instituições de ensino superior.

A reorientação da pesquisa, a reelaboração dos conteúdos curriculares e dos métodos pedagógicos, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, implicam a construção de um saber ambiental e sua internalização nos paradigmas científicos e nas práticas docentes. Esse processo se defronta com obstáculos provenientes da

institucionalização dos paradigmas dominantes, legitimados e cristalizados nos critérios de valorização do conhecimento no meio acadêmico e na sociedade como um todo.

Nesse quadro de referência, a emergência da crise ambiental orientou um processo de conscientização para regular condutas sociais que evitem efeitos negativos sobre o meio ambiente e criação de habilidades técnicas para resolver problemas ambientais.

Depreende-se, porém, que a perspectiva da educação ambiental deve não somente questionar os comportamentos da sociedade da opulência e da abundância diante dos limites dos recursos naturais através de um “treinamento em proteção ambiental”, mas também na reformulação crítica dos paradigmas do conhecimento nos quais se aninham elementos da formação de uma consciência ambiental em sintonia com os interesses do modelo de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a necessidade de se compreender a complexidade da problemática ambiental, bem como os múltiplos processos que a caracterizam, talvez possam explicar as possíveis dificuldades encontradas pelo ITS para a operacionalização da educação ambiental através de sua participação da reorientação e elaboração de propostas curriculares.

5.2 Recomendações para Futuras Pesquisas

Como recomendações para futuras pesquisas sobre o tema da responsabilidade social das instituições universitárias, recomenda-se a realização de pesquisas na forma de estudos multicase, em instituições cujas características integram as condições semelhantes às da organização estudada, a fim de se confrontar as evidências coletadas neste estudo, o que possibilitaria resultados mais consistentes e passíveis de generalização.

Outra recomendação a ser considerada seria o estudo em maior profundidade da relação da atuação social da UCG, abrangendo as suas diversas unidades organizacionais, com os demais indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial: Valores e Transparência; Público Interno; Fornecedores; Consumidores/Clientes; Comunidade; Governo e Sociedade. Tal estudo poderia ampliar o leque de discussões sobre os conceitos da responsabilidade social no

interior da UCG e poderia apresentar resultados complementares e relevantes para uma análise mais profunda acerca do tema.

O referencial teórico da pesquisa sugere que o caminho para uma sociedade sustentável está intimamente ligado aos inúmeros desafios a serem enfrentados pelas organizações para a implementação e o aperfeiçoamento de práticas da responsabilidade social empresarial. Disso resulta um vasto campo de atuação para as Universidades no sentido de subsidiar o desenvolvimento de novas metodologias e ferramentas para apoiar as empresas que apresentam dificuldades para atuar socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADBV, 2002). **III Pesquisa nacional sobre responsabilidade social nas empresas.** Disponível em: <http://www.nf.org.br/imagens/participe/PesquisaResponsabilidadeSocial.doc>. Acesso em; 30/08/02.

ALHO, Cleber J. R.; MARTINS, Eduardo de S. De grão em grão, o cerrado perde espaço (cerrado - impactos do processo de ocupação). **Revista Wwf e Pro-Cer.** maio, 1995. 66p.

ASHLEY, Patrícia A . [org] et. al. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** São Paulo: Saraiva, 2002. 205p.

BARBOSA, Altair S. **Andarilhos da claridade:** os primeiros habitantes do cerrado. Goiânia. Editora UCG, 2002. 416p.

BARBOSA, Altair S. Sistema biogeográfico do cerrado: alguns elementos para sua caracterização. **Revista Contribuições.** n . 3 nov. 1996. 43p.

BARBOSA, Altair S. Bioma cerrado: subsídios para estudos e ações. Documento elaborado pelo fórum das ONGs goianas para o meio ambiente. **Revista Contribuições.** n 1. Nov. 1991. 16p.

BERNA, Wilmar. Disponível em: <http://www.jornaldomeioambiente.com.br/acesso> em 18/07/02.

BORGER, Fernanda G. **Responsabilidade social:** efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. São Paulo, 2001. 254p. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, USP, São Paulo.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução n.º 01 de 23.01.1986, Art. 1.º.

BRÜSEKE, Franz J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis. CAVALCANTI, Clovis. [org.] **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998, 2. ed. p.29-40.

BSR (2002). Disponível em: <http://www.globalchange.pt/quadro/resp/texto.htm>. Acesso em 14/09/02. **Responsabilidade Social:** pressupostos da nossa intervenção.

CAMPOMAR, Marcos C. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. **Revista Administração.** v. 26. n. 3 p. 95-97, jul./set., 1991.

CAPRA, Fritjot. **O ponto de mutação:** a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982. 447p.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Universidade e Meio Ambiente**. Universidade Federal de Cuiabá, MT. 51ª Plenária do CRUB, 1990. Xp.Mimeografado.

CORREA, Rodrigo Studart; MELO FILHO, Benício de [orgs]. **Ecologia e recuperação de áreas degradadas no cerrado**. Brasília: Paralelo 15, 1998. 178p.

DIRETRIZES E NORMAS PARA AS UNIVERSIDADES CATÓLICAS. **Constituição Apostólica 'Ex Corde Ecclesiae'**. Decreto geral. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001, 38p.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas. 1995. 134p.

DRUCKER, Peter F. **Introdução à administração**. São Paulo: Pioneira. Ed. 1984. Cap.19. p. 323-378.

DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia de Santana [org.]. **Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998. 300p.

ETZIONI, Amitai. **Organizações complexas**. Trad. João Antônio de Castro Medeiros. São Paulo: Atlas, 1967, 466p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva. 2002. 200p.

FERLA, Luiz Alberto; MALHEIROS, Rita de Cássia C. **A responsabilidade social nas empresas**. Disponível em: <http://www.fundacaosemear.org.br/clipping68.html>. Acesso em 10/09/2002.

FLICKINGER, Hans-Georg. O ambiente epistemológico da educação ambiental. **Revista Educação e Realidade**. v. 19. n.2. p. 199-207, jul./dez., 1994.

FRANÇA, Júnia L. et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 211p.

FRANCO, Edson. A busca da qualidade de ensino dentro da escola. **Revista. Enfoque**. v. 9. p. 7-11. Maio, 1993.

FRANZONI, Ana Maria Benciveni; SUFFI, Sahid. **Geoprocessamento: Uma Técnica Para o Desenvolvimento Sustentável**. In. X SIMPÓSIO SOBRE MEIO AMBIENTE, 2002, Niterói X Simpósio Sobre Meio Ambiente, Niterói UNIVERSO, 2002.

GALBRATH, Jay R. **Organizando para competir no futuro**. São Paulo. Makron Books, 1995. p. 69-89.

GALLEAZZO, Alan. **Responsabilidade social e as empresas brasileiras**. Disponível em: <http://www.crppr.org.br/artigos/03.htm>. Acesso em: 15/09/02.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 1999. 206p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 182p.

GRAJEW, Oded. O que é responsabilidade social. **Revista Mercado global**. n. 107, p. 44-50, jun. 2000.

GRAJEW, Oded. Exemplo que conta. **Revista Vida e Trabalho Melhor**. n. 160, p.34-41, ABRH Nacional, set. 2000.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas, SP: Papirus, 1996. 120p.

GRÜN, Mauro. Uma discussão sobre valores éticos em educação ambiental. **Revista Educação e Realidade**. v. 19. n. 2. p. 171-195, jul./dez., 1994.

GUEIROS, Flávio. **Cidadania empresarial; a ética nas organizações**. Disponível em:<http://notitia.truanet.com.br/desafio21/newstorm.notitia.apresentação.ServletDeNoticia?codigoDaNoticia=884&dataDojornal=atual>. Acesso em 24/07/2002.

HARGROVE, Eugene. Ética ambiental e educação ambiental. **Revista Educação e Realidade**. v. 19. n. 2. p.209-214, jul/dez., 1994.

HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo F. [org]. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. In: FERREIRA, L. C.; **Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade**. Campinas, SP ed. UNICAMP, 1995. p.13-35.

HOGAN, Daniel J.; In: VIEIRA, P. F.; **A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990)**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995. p. 103-134.

INOFOR (2002). **Inovação organizacional e gestão de recursos humanos**. Disponível em: www.inofoor.pt/projectos/inovação/pdf/02.pdf. Acesso em 30/08/2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadernos de Geociências**. Rio de Janeiro, 1994.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL; **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial. Versão 2002. www.ethos.org.br/docs.conceitos_práticas/indicadores. Acesso em 06/08/02.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Perguntas mais freqüentes. <http://www.ethos.org.br/docs/institucional/perguntas.shtml>. Acesso em 06/08/02.

KATZ, Daniel; KAHN, Robert L. **Psicologia social das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1973. p. 29-89 e 199-255.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 343p.

LIMA, Maísa; PAULO, José; BORGES, Eliane. SGC 43 anos de compromisso com a construção da cidadania. **Revista Comunidade & Cidadania**. out./nov./dez., 2001. 21p.

LIMA, Maísa; PAULO, José; BORGES, Eliane. SGC 43 anos de compromisso com a construção da cidadania. **Revista Comunidade Universitária**. out. 2001. 50p.

MAIMON, Dália. Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras: realidade ou discurso? In: CAVALCANTI, Clovis. [Org.] **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1998, 2. ed. p. 399-429.

MAXIMINIANO, Antonio César A. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000, cap. 12-14, p. 363-453.

MENDES, Armando D. Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, Clovis. [org.] **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1998, 2. ed. p.54-76.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Quality mark. 1999. 190p.

MEYER JUNIOR, Victor. Administração da qualidade: estratégias para as instituições universitárias. **Revista Cadernos – Centro universitário S. Camilo**. São Paulo. v. 3. n.2. p. 146-157. jul./dez., 1997.

NASCIMENTO, Itaborai V. Cerrado: o fogo como agente ecológico. **Revista Contribuições**. n. 6. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001. 24p.

OLIVEIRA NETO, Valdemar. No mercado globalizado, empresas socialmente responsáveis pensam no ser humano. **Revista Mercado global**. n.107, p.33-37, jun. 2000.

OLIVEIRA NETO, Valdemar. Responsabilidade social no Brasil e no mundo. **Revista Mercado Global**. n. 107, p.51-54, jun. 2000.

RAY, Michael; RINZLER, Alan [org.]. O novo paradigma nos negócios. In: HARMAN, W. HORMANN, J. **O colapso do velho paradigma**. São Paulo: Pensamento, 1994, p. 31-40.

RIBEIRO, José F. e WALTER, Bruno M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, Sueli M.; ALMEIDA, Semíramis P. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: Embrapa – CPAC, 1998. 556p.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 1999. 333p.

RIMOLLI, Celso A. In: BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, cap. 6, p.140-176.

ROLSTON, Holmes. Declaração de Porto Alegre sobre universidade, ética e meio ambiente. **Revista Educação e Realidade**, v. 19 n. 2. p.137 – jul./dez., 1994.

SÁ, Elisabeth S. et. al. **Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais**. 5. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2000

SELLTIZ, Cleire et. al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Trad. Dante Moreira Leite. Métodos de pesquisa nas relações sociais. 6. ed. São Paulo: Universitária, 1975. 687p.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. Atual. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001. 121p.

SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA. **Estatuto da SGC**. Goiânia, 2000.

SOUZA, João Oliveira. Criação e instalação da Universidade de Goiás: católica. **Fragmentos de Cultura do IFITEG**. Goiânia, v.10,n.2.355-77, mar./abr., 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Caderno Especial**. Goiânia, 2000.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Goiânia, 2001.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Projeto Acadêmico da UCG: processo em construção**. Goiânia, 1994.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Proposta de Trabalho**. Goiânia, 1990.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Resenha da Constituição Apostólica sobre as Universidades Católicas**. Goiânia, 1993.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Revista Comunidade & Cidadania**. Goiânia, 2001.

VEIGA NETO, Alfredo J. Ciência, ética e educação ambiental em um cenário pós-moderno. **Revista Educação e Realidade**. v. 19. n. 2. p.143-169, jul./dez., 1994.

VEIGA NETO, Alfredo J. Resenha crítica. **Revista Educação e Realidade**. v.19. n. 2. p. 215-220, jul./dez., 1994.

WWW-BRASIL, (2002). Disponível em: <http://www.wwf.org.br/bioma/bioma>. Acesso em: 23/08/02.

<p>...e estratégias de planejamento dos</p> <p>o Sistema</p> <p>ico do Cerrado, bem</p> <p>ntrole da poluição e</p> <p>de detritos.</p> <p>ento Ambiental e</p> <p>ção do Espaço.</p> <p>ordenamento espacial,</p> <p>ação de áreas e</p> <p>adadas, de estudos</p> <p>ambiental e</p> <p>ento urbano e</p>	<p>- Participação efetiva na ECO-92 com a proposta de incluir o Bioma Cerrado no texto Constitucional Brasileiro como forma de se garantir a sua preservação.</p> <p>- Participação efetiva, anualmente, desde 1995, no Simpósio Ambientalista Brasileiro no Cerrado subsidiado pelos Encontros Regionais.</p> <p>- Organização do Encontro Regional de Aruanã-Go enfocando principalmente, as questões da Hidrovia Rio Araguaia e seus efeitos ambientais, turismo e o meio ambiente, além da instalação do Núcleo de Defesa Ambiental de Aruanã- 09 a 11/09/96.</p> <p>- Organização do Encontro Regional de Jataí-Go que concentrou nas questões referentes ao desenvolvimento agrícola regional e os impactos ambientais no município – 15 e 16/08/96.</p> <p>- Organização do Encontro Regional de Ceres -Go abordou os temas que envolvem água, saúde e meio ambiente- 20/08/96.</p> <p>- Encontro Regional de Anápolis-Go – abordou exclusivamente, a questão da água no cerrado – 23/08/96.</p> <p>- Encontro Regional de Catalão-Go – abordou temas como: Cerrado: caracterização, ocupação e a questão ambiental; o Cerrado e os recursos hídricos; debate com os candidatos a Prefeito, sendo discutida a política de gestão ambiental no município.</p> <p>- Encontro Regional de Alto Paraíso-Go – tratou das questões referentes ao ecoturismo e desenvolvimento sustentável, água, poluição e reformulação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Meio ambiente - CONDEMA –</p> <p>- Participação na elaboração da Lei Florestal do Estado de Goiás.</p>	<p>- Intensificou o movimento para incluir o Cerrado no Patrimônio Nacional.</p> <p>- Fortaleceu a mobilização de entidades am governamentais e não-governamentais e a de ações concretas em defesa do Cerrado a</p> <p>- Instalou o Núcleo de Defesa do Meio Ambie</p> <p>- Criou o Conselho Municipal de Meio Ambien</p> <p>- Criou o Conselho Municipal do Meio Ambien</p> <p>- Pressionou as empresas locais no s implementar mudanças em suas políticas de</p> <p>- Influenciou na criação do Conselho Mu defesa do Meio Ambiente.</p> <p>- Oportunizou debates com os candidatos para discutir o futuro ambiental do município</p> <p>- Implementou várias ações em defesa d influenciando positivamente, significativas de atitudes dos agricultores.</p>
<p>...dos.</p> <p>...tudos regionais para</p> <p>...articulação de projetos</p> <p>...o conhecimento dos</p> <p>...relacionados à</p> <p>...o do espaço</p> <p>...regional com os</p> <p>...da economia mundial,</p> <p>...ento dos processos de</p> <p>...desequilíbrio oriundos</p> <p>...ração e/ou demanda</p> <p>...al, viabilização de</p> <p>...planejamento</p> <p>...centrada nos conceitos</p> <p>...olvimento sustentado e</p> <p>...técnica.</p> <p>... – com a finalidade de</p> <p>...a revisão e elaboração</p> <p>...as curriculares, bem</p> <p>...lização de estágios,</p> <p>...extensão e eventos</p> <p>...stras, simpósios,</p> <p>...e congressos que</p> <p>...n as perspectivas</p> <p>...tas para a formação</p> <p>...profissionais</p> <p>...idos com a valorização</p> <p>...o Cerrado; articulação</p> <p>...educativos em nível</p> <p>...o para a</p> <p>...ção da educação</p> <p>...estabelecendo</p> <p>...para organizar e</p> <p>...m conjunto de</p> <p>...de caráter educativo.</p> <p>...programas que</p> <p>...as suas principais</p> <p>...uação, o ITS mantém</p> <p>...programas de</p> <p>...cas peculiares:</p> <p>Editorial – destinado à</p> <p>...dos trabalhos</p> <p>...papéis periódicos,</p> <p>...lsons, vídeos,</p> <p>...s sonoros e outros.</p> <p>para Implantação de</p> <p>ência, Parques,</p> <p>Ecológicas e Áreas</p> <p>vação Ambiental –</p> <p>...plantação,</p> <p>...ção e programação do</p> <p>...omina "Estação</p> <p>...em como em</p> <p>...de encaminhamento</p> <p>...competentes, para a</p> <p>...o do Parque e</p>	<p>- Juntamente com a Universidade Estadual de Anápolis e Universidade Federal de Goiás, elaboraram o documento "Diretrizes para o Meio Ambiente em Goiás" e entregaram aos candidatos ao Governo do Estado, apontando políticas para o meio ambiente, obtenção de recursos tecnológicos e atividades econômicas com o envolvimento crescente dos municípios e a contenção de novas fronteiras agrícolas, exigindo-se o melhor aproveitamento das áreas existente – 1994.</p> <p>- Integrante dos Conselhos Estadual e Municipal do Meio ambiente, bem como do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Meio Ambiente</p> <p>- Realização do Levantamento do Potencial Arqueológico e Ambiental do Parque Nacional de Brasília – 1995.</p> <p>- Elaboração da Proposta de Viveiristas Associados em 1992 – projetos ambientalistas de recuperação.</p> <p>- Participação efetiva no Projeto de Educação ambiental e Recuperação do Parque Recreativo Mutirama – 1994</p> <p>- Elaboração do primeiro Projeto de Recuperação/Revegetação do Rio Meia Ponte – 1993.</p> <p>- Elaboração do Projeto de Revegetação com espécies nativas nas áreas livres das Escolas Municipais e Estaduais de Goiânia.</p> <p>- Participação no Projeto de Revegetação do Parque Areião desde 1998.</p> <p>- Participação na elaboração do Projeto de Arborização e Recuperação do Córrego Vaca Brava na área do Goiânia Shopping.</p> <p>- Participação no Projeto de Recuperação e Organização do Espaço do complexo Serra Grande, em Crixás – Go- direcionado para formadores de opinião, como prefeitos, empresários, acadêmicos, organizações não governamentais e outros.</p> <p>- Levantamento do potencial arqueológico e paleontológico em Quirinópolis-Go – 1999.</p> <p>- Implantação do Projeto Parque Ecológico de Goiânia em convênio com o Governo do Estado de Goiás – uma das principais obras de recuperação de áreas degradadas por fatores antrópicos, tendo inclusive, participado efetivamente, da implementação do Projeto Lobo Guará de Preservação Animal, assumindo a recuperação da fauna.</p> <p>- Participação efetiva na implantação do Projeto Aldeia do Vale desenvolvido do Condomínio Aldeia do Vale, envolvendo ações</p>	<p>- Pressionou as autoridades governamen tomarem medidas efetivas no sentido d controlar os efeitos desastrosos da co ambiental, com o intuito de alc desenvolvimento sustentável.</p> <p>- Participou efetivamente da elaboração d ambientais diretamente vinculadas ao Cerra</p> <p>- Constatou-se a inexistência de sítio arque referido parque.</p> <p>- Gerou grande impulso na formação empresas de Reflorestamento e Viveiros e Ex. Conflora.</p> <p>- Promoveu vários encontros com alunos o graus realizando atividades recreativas, dist mudas e sementes para a formação da ecológica.</p> <p>- Realizou a revegetação da área de captaç do Rio Meia Ponte em 1994.</p> <p>- Percebeu-se que este trabalho pro conhecimento das espécies vegetais reg formação de uma consciência ecológica.</p> <p>- idem</p> <p>- idem</p> <p>- Resultou em importantes medidas ambien preservação que foram adotadas pelos emp região, envolvendo atividades de educação o minimização de impacto ambiental.</p> <p>- Descobriu-se vários sítios arqueológic apresentado ao Prefeito da cidade um montagem de um museu.</p> <p>- Foram plantadas mais de 203 mil mudas típicas do cerrado; implantado o Museu Arqueológico; Implantação da Estação Binômio da Costa Lima; motivou a criação Particular do Patrimônio Natural – RPP proprietários rurais, através de incentivos fis</p> <p>- Contribuiu para a formação da consciência</p>